



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

REBECA COSTA PEREIRA

**NARIZ LARGO DEMAIS PRA SER SEX SYMBOL PELE CLARA DEMAIS PRA
SER MC:** um estudo de caso de autodeclaração de cor e/ou raça dentro do Cursinho Popular
Emancipa Zé Cláudio e Maria.

MARABÁ-PA
2021

REBECA COSTA PEREIRA

NARIZ LARGO DEMAIS PRA SER *SEX SYMBOL* PELE CLARA DEMAIS PRA SER
MC: um estudo de caso de autodeclaração de cor e/ou raça dentro do Cursinho Popular
Emancipa Zé Cláudio e Maria.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a
Faculdade de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará, como requisito à obtenção de
grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Clara Sales
Carneiro Sampaio

MARABÁ-PA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Campus do Tauarizinho

Pereira, Rebeca Costa

Nariz largo demais pra ser sex symbol pele clara demais pra ser MC: um estudo de caso de autodeclaração de cor e/ou raça dentro do Cursinho Popular Emancipa Zé Cláudio e Maria / Rebeca Costa Pereira ; orientadora, Maria Clara Sales Carneiro Sampaio. — Marabá : [s. n.], 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Curso de Licenciatura Plena em História, 2021.

1. Relações étnicas - Marabá (PA). 2. Relações raciais - Marabá (PA). 3. Negros - Educação - Marabá (PA). 4. Antirracismo. 5. Negros - Identidade racial. I. Sampaio, Maria Clara Sales Carneiro, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará III. Título.

CDD: 22. ed.: 371.8296098115

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994

REBECA COSTA PEREIRA

NARIZ LARGO DE MAIS PRA SER *SEX SYMBOL* PELE CLARA DE MAIS PRA SER
MC: um estudo de caso de autodeclaração de cor e/ou raça dentro do Cursinho Popular
Emancipa Zé Cláudio e Maria.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a
Faculdade de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará, como requisito à obtenção de
grau de Licenciatura Plena em História.

Data de aprovação: Marabá (PA), 16 de abril de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Clara Sales Carneiro Sampaio
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Karla Leandro Rascke
Examinadora

Prof. Me. Janailson Macedo Luiz
Examinador

*A felicidade do branco é plena
A felicidade do preto é quase
(Emicida)*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar oportunidade, estrutura e possibilidade de realizar meus sonhos e metas pessoais, por todas as vezes que me guiou quando questioneei minha capacidade. Nessa ocasião, faço um agradecimento especial a minha família, que sempre esteve comigo em todos os momentos, minha mãe Maria Elza, minhas irmãs, que mesmo com todas as dificuldades sempre tentaram me ensinar e me dar o que é de melhor.

De forma especial minha mãe, que sempre batalhou muito por mim, muito além de uma conquista pessoal minha também é uma conquista dela, como diz uma das minhas músicas favoritas que sempre escutamos juntas “sem ego, o amor é compromisso”, obrigado por todo amor e compromisso. Por tudo que fez e faz por mim, por ter me ensinado muito antes de artigos científicos o que é feminismo e o que é ser mulher, por ter sido uma mulher tão forte, “orgulho de onde vim”. As minhas irmãs, por sempre terem tanto cuidado, amor e muita paciência comigo.

Ao meu pai, por todo apoio. Ao meu tio Genivaldo que foi minha primeira representação negra que eu pude significar minha vivência e que muito tem de influência nesse trabalho, por desde cedo me apresentar o rap e hip hop que desde cedo marcou a minha vida e por isso todos os capítulos desta monografia tem trechos de música de rap, pois muito além de música foi meu primeiro contato com os movimentos negros e sua luta.

A minha amiga Milena que não so me apoiou nessa pesquisa mas me fez companhia em diversas tardes na biblioteca onde passamos tantas tardes, e por ter me arrastado entre os livros e me feito começar todo esse estudo, obrigado milebas pelo empurrão e companhia, agradeço também a minha amiga Ariadiny que me ajudou muito no meu processo de identificação, por não ter me deixado desistir dessa pesquisa por ter me acolhido, me dado forças e me dar tantas palavras de conforto e carinho, obrigado por todo acolhimento, sem você talvez esse trabalho não existiria ou não faria tanto significado na minha vivência.

Agradeço também a todas as pessoas que tornaram a minha jornada na faculdade mais fácil, tranquila e feliz. As minhas queridas veteranas em especial Juliana, Lizandra e Andreza (Art) que muito além de colegas de curso se tornaram grandes amigas, por todo apoio e paciência de me ensinar sobre esse mundo acadêmico e pelo acolhimento que tive na faculdade.

Aos meus amigos de turma, pelo dia-a-dia nem sempre tão pacífico e calmo, mas que por fim chegamos ao fim e concluimos com a certeza que aproveitamos e vivemos cada momento que essa faculdade e uma amizade pode nos proporcionar, por toda a estrutura e formação da Unifesspa por esses anos tão especiais que vivemos.

A Rede de Cursinhos Populares Emancipa que serviu como uma base de apoio e crescimento pessoal, onde pude me encontrar, me descobrir, descobri minha paixão pela profissão de professora e todo meu amor pela educação popular, fazer amizades e fazer parte de algo bem maior na vida de muitas pessoas. Muito além de ministrar aula pude ajudar meus queridos alunos a realizarem seus sonhos, me sinto pessoalmente grata por isso, por poder fazer parte da conquista de cada aluno, sou eternamente grata e orgulhosa por cada aluno que pude dar aula e levar não só conhecimento, mas felicidade e esperança, sem eles este trabalho não teria significado.

A Yceliane, Rafaela, Iranilda, Rodrigo, Dyelmison, Barbara Tereza, Vitória e Leonardo a vocês todos os agradecimentos e obrigado, por estarem todos os dias ao meu lado e por sempre não só me ajudarem como fazerem esse período de graduação tão feliz e especial pra mim, obrigado por me ensinarem e gostar de tomar café, a ser menos implicante, a dar um espaço depois da virgula, a ser menos burguesinha. Obrigado por todas as voltas no carro com funk's tocando, por todos os lanches divididos, por todos os perrengues e prazos que passamos, por todas as fofocas, por todas as brigas por controle de ar condicionado, por todas as piadas sem graças que eu contei, mas vocês gentilmente sorriram, por todo apoio e amizade.

. Estendo os meus agradecimentos também a todo o corpo docente da faculdade de história, a minha orientadora professora doutora Maria Clara, que me auxiliou, aos professores que aceitaram compor a banca deste trabalho. E a todos meus amigos que me apoiaram e me ajudaram nesta árdua caminhada, obrigado a todos.

“A verdadeira obra não é aquela que termina, mas é aquela que continua e não deixa colocar um confortável ponto final.”

(FERNANDES, Florestan. 1972, p.25)

RESUMO

O presente trabalho partiu da aplicação de questionários sobre a questão da autodeclaração de cor e/ou raça entre os alunos e alunas do Cursinho Popular Emancipa “Zé Cláudio e Maria”, na cidade de Marabá (na macrorregião Sudeste do estado do Pará). Procurou-se desenvolver reflexões sobre algumas das dinâmicas de construção de identidades negras e dos desafios de pensar a melhora de um tipo de educação antirracista que transcenda visões ainda carregadas de significados negativos acerca das contribuições históricas e sociais de negros e negras no Brasil. Seguindo as propostas epistemológicas do antropólogo Kabengele Munanga, tivemos a intenção de compreender melhor as relações que algumas das dinâmicas de formação identitárias que parecem normalizar - de forma talvez inconsciente – raciocínios que entrelaçam noções de biologia e ideológica: “É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico”. (MUNANGA, 1999, p.18).

Palavra Chave: Relações étnico-raciais; Educação Antirracista; Autodeclaração de Raça e/ou Cor.

ABSTRACT

The present research is based on the application of forms concerning how the students of the pre university preparatory course (the United States equivalent to SATs courses) *Cursinho Popular Emancipa “Zé Cláudio e Maria”* – in the city of Marabá, in the Brazilian state of Pará – perceived themselves in terms of race and/or color. The results were the stepping stone to broader reflections about the role of antiracism in formal and informal educational environments in Brazil. In that matter, the anthropologist Kabengele Munanga’s theoretical approach was fundamental to the further understanding of the dynamics involving forming one’s identity: “It is through the cognitive categories, there are much more ideological than biological, that we form the habit of thinking our identities without noticing how the ideology manipulates the biology”. (MUNANGA, 1999, p.18).

Key Word: Race and/or Color Identities; Antiracist Education, Racism

LISTA DE GRÁFICOS:

Autodeclaração de cor (Emancipa 2018)	38
Autodeclaração de cor (Emancipa 2019)	39
Gráfico 1- Questionário	47
Gráfico 2- Questionário	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1.Capítulo:	15
1.1. “Vocês são mentira bem contada” (Djongga)	15
1.2. “Nariz largo demais pra ser <i>sex symbol</i> pele clara demais pra ser mc” (Diomedes Chinaski)	21
1.3. “E parece que liberaram o preconceito pelo menos antigamente esses cuzão era discreto” (Djongga).....	27
2. Capítulo:	31
2.1. “Diz que eu traí o movi, que tu nunca ajudou a construir”	31
2.2.Olho corpos negros no chão, me sinto olhando o espelho (Djongga)	33
2.3.Tipo enquanto alguém for escravo, nenhum de nós é livre (Djongga)	39
Capítulo 3: Reflexões para uma educação antirracista:	44
3.1. Quem tem minha cor é ladrão (Djongga)	44
3.2. Olho meus manos, pergunto: Quem estudou? /Universitários dizem: Ai que dó! (Djongga)	48
3.3. Pra eles nota seis é muito pra nós nota dez ainda é pouco (Djongga)	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

A escolha desta temática surgiu pela vivência como professora em sala de aula, a partir também de questionamento atuais sobre autodeclarações, que surgem principalmente motivadas pelo grande número de notícias sobre fraude do uso de “cotas de cor”, que podem ser lidas como uma incompreensão do que tange o que é autodeclaração, mostrando uma problemática que afeta diretamente uma política pública.

A partir deste momento tendo como papel de professora surgiu uma necessidade de pensar e trazer debates acerca de relações étnico raciais tomando como razão a falta de conhecimento, reflexão e debate sobre o assunto. Tentando pensar essas questões com os alunos e elaborando aulas em que pudessem refletir e quem sabe ter um contato maior com uma identidade e representação negra.

Tudo isso ainda pode ser lido e compreendido como uma tentativa importante e interessante de explicitar como o racismo estrutural consome a sociedade e cria duras amarras, que estão impregnadas até por quem muitas vezes está exposto a esse tipo de violência, afetando não só a forma como nos relacionamos ou vivemos, mas manipulando como nos vemos e nós representamos na sociedade, como essa cultura racista mesmo que de maneira inconsciente distancia qualquer representação do ser negro como positiva.

Além do debate da autodeclaração muitas vezes passar branco, uma pessoa muitas vezes só é colocada a pensar na sua autodeclaração e como se vê na sociedade em momentos e situações muito específicas, não sendo um tema que é pensado e debatido antes de uma situação que peça. E isso costuma causar um desconforto geral na sociedade, causado pelas leituras sociais e a autodeclaração, o que pode gerar atritos ainda mais se for o caso de autodeclaração na tentativa de uso de cotas. Como funciona as autodeclarações e o que é o pardo, são coisas que devem ser problematizadas e repensadas em virtudes de problemáticas com o uso de cotas e da forma como o racismo (estrutural) se permeia e perpetua, se torna essencial esse debate partindo desses fatores.

Para servir como base para o trabalho e explicitar a "transformação" do que se conceitua por preconceito para construção do que é conhecido como racismo, se utiliza do livro “*O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*” (1993), da autora Lilia Moritz Schwarcz, que debate como o racismo é criado guiado pelo conceito de raças, e como acaba bebendo em teorias científicas biológicas do século XIX, numa tentativa racionalizadora de justificar o racismo.

A escrita da autora nos norteia sobre o porquê do racismo persistir até os dias atuais e como esse sempre busca justificativas que dêem “sentido” ao racismo em busca de sua validação, mesmo que essas justificativas não tenham embasamentos e nem justificativas coerentes, nesse ponto usando de leituras do trabalho de Grada Kilomba para gerar um debate mais amplo podemos refletir sobre o discurso relacional do racismo, as justificativas adaptáveis e maleáveis para cada situação e época, que melhor se encaixe e perpetue o racismo.

Trabalhando com teorias como: “O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva de saída e solução.” (SCHAWRCZ, 1993, p.11), problematizando o racismo dentro da sociedade, pois a passabilidade do pardo e seu lugar (ou não lugar) no racismo só lhe é garantido pela perspectiva de embranquecimento nesse, o pardo representa um desdobramento racista de uma perspectiva imaginária de um sonho de embranquecimento populacional.

Com esse discurso impregnado na sociedade a ascensão de autodeclarações como pardo cresce, devido ao racismo estrutural, a vontade de não passar por preconceitos e ser mais bem aceito e se aceitar talvez perpassa o campo político, ideológico e psicológico deste indivíduo que mesmo com uma fenotípica tipicamente afro se vê como pardo, isso tudo também pela falta de representatividade já que o sistema racista massacra qualquer representatividade negra que possa emergir, tirando seu poder de fala e diminuindo qualquer que seja seu papel.

Desta forma também boa parte deste trabalho foi pensada na tentativa de dar voz a pensadores e escritores da negritude, trazendo assim nomes comuns nas lutas dos movimentos negros, utilizando assim nomes como: Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Stuart Hall, Grada Kilomba, Nátaly Neri, Djonga... Muito além de problematizar e trabalhar assunto importantes como relações étnico raciais, deve-se ter cuidado nestas escritas, deixar que negros escrevam e narrem suas histórias e problemáticas, pois muito além de trabalhar temas estamos na construção de novas e importantes figuras representativas.

Os objetivos gerais do trabalho, se pautam na tentativa de compreender o lugar do pardo e como inconsequentemente ele se torna uma estratégia do branco no séc. XIX para fragmentar o esboço de um movimento de negritude que se formava, o pardo se dá através de um movimento de eugenia no campo psicológico social. O/A pardo/a também compreende por um desdobramento do racismo, o pardo é uma categoria criada pelo reflexo de uma sociedade racista que se recusa a admitir o racismo, criando um falso de lugar de aceitação para “um tipo de negro”.

Como objetivos específicos temos a tentativa de compreender o porquê da autodeclaração como pardo, e como isso se dá de maneira silenciosa e delicadamente através

dos séculos, se perpetuando junto ao racismo. Como o racismo estrutural presente na sociedade brasileira acaba por ajudar em todo esse processo de afastamento de uma autodeclaração negra e de um sentimento de negritude, como a criação do “Brasil miscigenado” e um reflexo não de cultivo as diferenças, mas de uma forma de racismo abasileirada.

Além de tentar compreender as motivações e os fatores que permearam as autodeclarações dentro do cursinho popular *Emancipa Zé Cláudio e Maria* (Marabá), como se constrói a questão de autodeclaração para os jovens do cursinho, como é o contato deles com os debates étnico raciais, suas motivações para autodeclaração além da procura de tentar entender como chegaram até aquela autodeclaração e o que compreendem por cor e raça.

No primeiro capítulo busca-se conceituar a construção do que compreendemos do racismo, ao ponto que se difere de preconceito e se constitui ao redor das teorias raciais, com a aplicação de teorias biológicas e da implementação do conceito de raças, para seres humanos, tentando abordar de maneira dialógica as rupturas e permanências do racismo em sua solidificação relacional na sociedade.

A construção e reconstrução, pelas adaptações da escrita do racismo ao longo dos séculos, as formas como criam e tentam permear narrativas e instrumentos que sempre se "flexibilizam" e de continuidades para estes. A forma como se cristaliza toda essa estrutura racista e se transforma de forma estrutural e a contra golpe como a luta anti-racista também se desenha, se reforma e estrutura, como existe uma escrita além da simplificação dos movimentos negros como vítimas, esses como protagonistas, escrevendo suas próprias histórias e lutando contra as opressões as quais são expostos.

No segundo capítulo se foca mais em específico no objeto de estudo, explicitando o que o *Cursinho Popular Emancipa* e qual seus objetivos, o motivo do qual esse ser o objeto do presente trabalho e as motivações que o nortearam. Analisando as autodeclarações dos alunos do cursinho, usando como metodologia a produção e problematização de gráficos de autodeclarações, fazendo um debate sobre as visões e construções de dados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a visão destes sobre o pardo.

Construir narrativas críticas a fim de compreender o papel da democracia racial e o racismo na construção de identidades e autodeclarações, usando autores como Kabengele Munanga e Grada Kilomba para conceituar pensar a construção de identidades negras. Analisar o papel ou o lugar ambivalente ao qual é colocado o pardo, como pensar na identidade do pardo como um lugar não apenas de ambivalência ou de falta de consciência, mas sim de um debate a ser construído e significado e representado.

Já por fim no terceiro capítulo tenta-se construir possibilidades para “solução” das problemática desses debates, a tentativa de uma criação de educação antirracista que consiga enfrentar e ultrapassar estes problemas, uma educação que busque de forma sistemática fomentar a luta contra o racismo e criar debates importantes para a formação de cidadãos conscientes, críticos e conscientes não só de sua cidadania, mas também “racialmente” e socialmente.

Buscando assim refletir através de pesquisas construídas na disciplina de *Estágio Supervisionado* a forma como alunos/jovens entendem por questões étnico raciais, racismo e autodeclaração, buscando assim tentar construir reflexões e possibilidades possíveis para construção de uma educação antirracista, partindo da percepção no campo pratico da efetivação desta, como refletir esses assuntos partindo da vivencia, experiência e compressão dos alunos.

Debater não só sobre da esfera professor-aluno, mas também pensar e refletir sobre a formação de profissionais que consigam e tenham uma boa base para trabalhar temas tão delicados e importantes, antes mesmo de se pensar na implementação da educação antirracista em sala de aula, é necessário em pensar em como os antigos e novos professores são formados e como é importante o debate escola e universidades. A que ponto as escolas podem auxiliar e ajudar na formação de profissionais que estejam por dentro destes debates já que as formações de anos atrás muitas vezes não trabalhavam estes debates e matérias.

Também busca-se problematizar a necessidade do debate de autodeclaração para sanar problemas e fraudes nos usos das cotas, e tentando acabar com a visão de democracia racial de que não existe racismo no Brasil. Tudo isso tentando usar como metodologia questões de representação.

1.Capítulo:

1.1. “Vocês são mentira bem contada” (Djonga)

A frase que nomeia este tópico, foi retirada da música “Corra”, do artista de rap Djonga, presente no álbum “O Menino Que Queria Ser Deus” do ano de 2018, e foi escolhido esta frase por representar uma crítica a alguma narrativa mentirosa, como uma crítica as narrativas raciais do século XIX que por mais que bem contadas dentro do seu espectro científico e na sua época de origem hoje são contestadas pelo mesmo meio.

[...] A percepção da “diferença” é antiga, mas sua “naturalização é recente. Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. (SCHWARCZ, 1993, p.85.)

Como nos mostrou a historiadora e antropóloga, Lília Moritz Schwarcz, as teorias raciais ganharam força, no contexto nacional brasileiro, aparadas por parâmetros supostamente biológicos/científicos produzidos no decorrer dos séculos XIX e XX. As teorias raciais, desta forma, reforçam a estrutura da superioridade “biológica” branca, sobre o pressuposto pseudocientífico da inferioridade nata de negros e negras. Essas teorias, portanto, não serviram apenas para justificar a continuidade da escravidão no século das abolições, mas para justificar políticas excludentes no pós-abolição.

As teorias raciais, foram aderindo, dentre outras questões, ao determinismo biológico e permitiram que o preconceito racial ganhasse uma nova roupagem com o processo de “cientificização”. O profundo preconceito racial, assim, a partir do século XIX, tornava-se racismo, pois costurava as ideologias racistas ao viés pseudo-biológico/científico. A relação entre o racismo e o determinismo biológico é bastante complexa, e explorar esta questão não está entre os objetivos da presente pesquisa. Contudo, faz-se necessário entender um pouco mais pormenorizadamente o papel de algumas das interpretações acerca do evolucionismo biológico apropriado das teorias científicas do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) e que, posteriormente, irão compor o leque do darwinismo social.

No que se refere à esfera política, o darwinismo significou uma base de sustentação teórica para práticas de cunho bastante conservador. São conhecidos os vínculos que unem esse tipo de modelo ao imperialismo europeu, que tomou a noção de “seleção natural” como justificativa para a explicação do domínio ocidental, “mais forte e adaptado” (Hobsbawm, 1977 e 1987; Néré, 1975; Tuchman,1990). (SCHWARCZ,1993, p.74)

Primeiramente, faz-se importante mencionar que os termos evolucionismo e darwinismo são utilizados como espécies de sinônimos dos preceitos científicos que compõem a Teoria da Evolução. Entende-se como Teoria da Evolução as hipóteses e conclusões científicas de pelo menos dois naturalistas britânicos: Alfred Russel Wallace (1823-1913) e o já citado Charles Darwin. A obra de Darwin acabou por ganhar maior importância e reconhecimento nos meios científicos e sociais, cristalizando-se na memória e na história não apenas como o precursor da biologia evolutiva, mas a publicação de sua obra é também contemporaneamente vista como um grande marco na mudança na forma de pensar e conceber o mundo. A primeira edição de sua obra mais famosa é de 1859 e teve o título *Da Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida*. Apenas depois da edição de 1872 que a obra clássica passou a ser conhecida pelo nome *A Origem das Espécies* (Desmond e Moore, 2012, p. 111).

Em termos pessoais, diversos estudos e biografias recentes mostram que Charles Darwin era adepto da causa abolicionista, como é o caso do livro (aparentemente ainda sem tradução para o português): *Darwin's Sacred Cause: Race, Slavery and the Quest for Human Origins* (A Causa Secreta de Darwin: Raça, Escravidão e a Busca pela Origem Humana, em tradução livre), dos historiadores da ciência estadunidenses Adrian Desmond e James Moore, de 2012. Nesta obra, os referidos autores pretenderam investigar como a luta anti-escravista a qual subscrevia Darwin foi fundamental para a formulação de suas hipóteses científicas. Contudo, as apropriações da Teoria da Evolução comumente foram associadas a ideologias que reforçavam o racismo. Como nos mostra Schwarcz:

Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências de “tipos puros” - e portanto não sujeitos a processos de miscigenação - e compreender a mestiçagem com sinônimo de degeneração não só racial como social. (SCHWARCZ, 1993, p.78)

A teoria da evolução é usada com o grande marco de sustentação da ideia que as espécies “evoluíam” de acordo com o tempo, em que se selecionavam as características mais adaptadas ao espaço e os mais fortes evoluíram enquanto os mais fracos e menos adaptados iam desaparecendo, isso então é tomado então para as sociedades e já que o interesse era de justificar a escravidão, nessa “hierarquia” de evolução o negro era tido como o patar mais inferior.

Já que a história e ciência desta época são escritas pelo homem branco e ocidental eles são vistos como os mais aptos e “melhores” e viram a imagem da perfeição que é facilmente

ligada ao fenótipo e a pele clara, nesse contexto, dando raiz não apenas ao racismo social, mas também a um padrão estético marcado por fenótipos brancos. A argumentação do racismo e do preconceito se torna assim altamente fundamentada e de base extremamente sólida como já retratado em diversos textos.

O fato, contudo, é que a construção da inferioridade do negro foi tão bem estruturada durante os séculos que, até hoje, a estrutura social encontra-se altamente contaminada pelas seqüelas das referidas teorias raciais, favorecendo a continuidade da discriminação racial em suas mais variadas formas, inclusive, pela cor da pele (colorismo). (TAINAN, 2007, p.1)

Se firmando então em teorias científicas que misturam-se a história, o racismo cria um discurso relacional, que de algum modo de época ou situação busca criar uma narrativa “personalizada” que possa de certa forma propagar o racismo como algo normal, criando alguma situação ou narrativa que naquele contexto faça algum “sentido”, mesmo que não aja nenhum sentido ou cientificidade nos fatos ainda sim o racismo se propaga, por que o racismo é um reflexo potencializado pós preconceito racial que sempre existiu, mas que acaba ganhando espaço e se transformando em racismo ao ponto que se cria até mesmo "ciências".

Precisa-se refletir que o preconceito racial, pela diferenciação de povos sempre existiu, as sociedades ao longo da história sempre passaram e vivenciaram algum tipo de diferenciação fenotípica entre eles, mas com as teorias raciais do séc. XIX se cria de fato o que se compreende como “racismo” atrelado principalmente ao termo “raça”, que começara a ser utilizado nas teorias raciais, como exemplifica o sociólogo Antonio Sérgio:

O desconstrutivismo nas ciências sociais favoreceu uma metaforização ampliada do termo "raça". A análise do campo discursivo do racismo, tanto antigo (biologismo), quanto novo (diferencialismo cultural), introduziu a percepção de que, ao analisarmos hierarquias, estávamos lidando com um mesmo processo sub-reptício de "naturalização" e com formas diversas de essencialismo que se escondiam sob diferentes fenômenos empíricos. (GUIMARÃES, 1995, p.30)

O racismo surge nesta visão de certo modo como uma “evolução” do preconceito racial, mas ele toma contornos mais delimitados e expressivos, por que não se caracteriza como o preconceito que se baseava apenas no estranhamento do outro, o racismo se caracteriza mais firmemente por se relacionar com estruturas de poder e opressão, o racismo só existe em estruturas de poder onde que detêm o poder faz uso da mesmo para diminuição do “outro”, como é debatido pela escritora e psicóloga Grada Kilomba:

E a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o *racismo é a supremacia branca*. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem esse poder. Os conflitos entre eles ou entre eles e o grupo dominante *branco* têm de ser organizados sob outras definições, tais como preconceito. O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc. (KILOMBA, 2008, p.76).

O racismo de maneira racional ou não, está atrelado desde a sua formação ao conceito de “raças” e de que de algum modo existem alguns grupos étnicos e/ou raciais que possuem algum tipo de superioridade perante outro grupo.

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, a expulsão dos negros e a discriminação racial. (MUNANGA, 2004, p.179).

Kabengele Munanga também debate e problematiza sobre as contradições do racismo dentro da sociedade brasileira, em paralelo ao mito de democracia racial que permeia o debate negacionista sobre a existência do racismo em solo brasileiros, o racismo brasileiro vira algo ainda mais abstrato dentro de uma sociedade que nega a sua existência.

Assim é o racismo brasileiro. Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como anti-racismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para esse racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano).” (GUIMARÃES, 1995, p.42).

Dentro de todas as problemáticas do racismo ainda se insere o debate sobre a mistura entre raças, que foi vista de maneira ambígua por vários teóricos raciais brasileiros, se para boa parte dos teóricos ocidentais racialistas a mistura e os casamentos inter-raciais eram um problema e devia ser contido para pensadores que pensavam sobre terrenos brasileiro como Lacerda (1911): " o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução".

De fato, existe uma ampliação sobre as teorias raciais, e os pensadores destas e as vertentes começam a entrar cada vez mais em expansão, ao mesmo ponto que se colidem e criam uma série de contradições e adaptações que podem pôr fim acabar por tornar o racismo do país ainda mais relacional e maleável. Como a escrita do que ser o brasileiro e a imagem fenotípica disto, que por mais que não faça sentido a realidade do padrão de beleza acaba sendo

moldada pelo branco ocidental puro, assim cria-se nos indivíduos em si um desejo de adquirir aquele padrão, se molda no pardo então uma fuga da negritude e do ser visto como negro, já que se vê nesse em algum momento uma aptidão ao “tornar-se” branco, fomentando inconscientemente uma tentativa de embranquecimento e uma opção de entrar nos padrões estéticos nos quais a sociedade é forjada.

A mestiçagem, num país que era um dos maiores símbolos da mistura de “raças”, que boa parte da sua população era composta por ex escravos, como criar uma mentalidade racista num país que tem como característica principal essa mistura, esses são embates que os pensadores brasileiros enfrentaram ao construir sua narrativa sobre o Brasil e suas adaptações às teorias raciais.

As teorias que mais influenciaram as academias brasileiras são as monogenistas devido à grande influência católica, mas ao mesmo tempo também eram influenciadas pelo determinismo, duas vertentes científicas que tinha como padrão uma exclusão da outra, mas no Brasil parecem ser pensadas juntas, explicitando a crítica de muitos estudiosos sobre a falta de criticismo sobre, já que não havia uma adaptação relacional a situação brasileira. “a cópia o nosso maior mal...conjuntamente com a mania de passar pelo que não somos” (SCHWARCZ,1993,p. 23), criava-se assim um embate que parecia ir diretamente contra o projeto nacional, como criar uma imagem nacional e definida do Brasil se as teorias raciais pareciam no geral condenar a mestiçagem, como alinhar tudo isso num país conhecido pela mestiçagem.

A imagem de um país mestiço e que se orgulha disso entrava em confronto com as elites acadêmicas então, as escritas de teorias raciais dentro do Brasil então ficam sempre nesse entrave entre a realidade do país e a questão da mestiçagem nas teorias vindas das demais escritas ocidentais. Dentro dessa perspectiva surge uma série de contradições na produção de ciências racista dentro do Brasil.

Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso. (SCHWARCZ,1993,p. 25)

É necessário compreender essa série de contradições como uma série de adaptações, buscando uma aceitação dessas teorias, além de tentativa de sanar problemas que não poderiam se solucionar como explicitado por SCHWARCZ (1993, p.25): “[...] entre a aceitação das

teorias estrangeiras- que condenavam o cruzamento racial- e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado.”

A chegada das teorias raciais no Brasil então toma um tom “personalizado” e flexível onde por mais que excludentes que fossem as teorias ou explicações elas apareciam juntas como se fossem complementares, como exemplo a mistura de raças que saía da visão que a colocava como uma degeneração social e racial e entrava numa escrita “romantizada” da mestiçagem escrita por João Batista Lacerda, na sua tese “*Sur les métis au Brésil*” publicada no I Congresso Internacional das Raças (1911), na época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, este tratava a mestiçagem como uma solução e resposta para o embranquecimento da população, através da mestiçagem poderia embranquecer os negros até um ponto que estes seriam brancos, sendo assim a mestiçagem ao menos por um período cronológico seria uma coisa boa para a sociedade brasileira.

Com tudo isso inicia-se um processo de eugenia no pensamento brasileiro, SCHWARCZ (1993, p.78):“O termo “eugenia”- eu: boa;genus: geração- foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton”, o ponto central da eugenia era a dita higienização das populações, a “boa geração”, que se prega pela eugenia que é a raça branca pura, e para isso a resposta da eugenia era a proibição dos casamento inter-raciais e também da reprodução de pessoas tidas como inferiores (alcoólatras, epilépticos...), através disso busca-se preservar e melhorar a sociedade.

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos - talvez o mais importante - desencorajar certas uniões consideradas nocivas a sociedade. (SCHWARCZ, 1993, p.79)

Entretanto a eugenia sofre modificações em seu arranjo, já que era preciso brancos puros e nos contextos reais brasileiro era um empecilho, a eugenia no Brasil toma um rumo diferente pela questão da mistura de “raças”, primeiro é preciso observar que por mais que a mestiçagem no geral fosse mal vista nas teorias raciais ela no caso do Brasil seria a única solução, já que a mestiçagem já se tornara uma questão fora de controle e como controlar os casamentos inter-raciais num país em que a mestiçagem era vista como uma possível solução, o “branqueamento social” aparece dentro desse contexto, por volta de cerca de 1889, a ideia de que através da mestiçagem os negros seriam “eliminados”, já que depois de tanto tempo expostos ao “sangue

puro” e mistura as gerações depois de alguns tempos voltaria a pureza eliminando assim o impuro através da mistura, o clareamento da população era inevitável através desse contato.

O branqueamento social, entretanto, nunca consegue chegar de fato ao objetivo dos que elaboraram, a população brasileira não se torna branca, o dito sangue puro nunca consegue efetuar o clareamento da população, as teorias dessa elite intelectual e cientista raciais brasileiros acabam caindo por terra, mas se adaptando sempre ao contexto.

É interessante observar porém o projeto de branqueamento social no país como um discurso dialógico que sempre está apto e maleável para sua manutenção, de certa maneira o branqueamento social segue perdurando, a partir de novas concepções, ao ponto que mistura entre raças acaba no Brasil acaba criando um novo tipo de racismo e uma nova “raça” que muitos pontuam como um meio termo entre o branco e o negro, surge então o pardo, como reflexo do racismo e da flexibilidade dos discursos racista para se permearem, e em algumas situações para “amenizar” situações racistas pois “ela/e nem e tão negro”.

1.2. “Nariz largo demais pra ser *sex symbol* pele clara demais pra ser mc” (Diomedes Chinaski)

A frase que dá nome ao presente trabalho e a este ponto em específico foi retirada da música “Intro”, do álbum “Réquiem” do ano de 2015 do rapper Diomedes Chinaski, a escolha desta frase foi feita para remeter ao assunto que neste ponto será abordado, o “pardo” e a mestiçagem, e essa frase pode simplificar de maneira popular o que o pardo, uma pessoa que fenotipicamente pode apresentar traços brancos e negros, e pode ficar à margem destes grupos.

A mistura entre raças era inaceitável, se tratava de uma depravação do ser humano, fugia da perfectibilidade proposta por Rousseau e se criava a degeneração social, que afetava aquela sociedade em todas as instâncias, segundo alguns pensadores, já que esses acreditavam que da mistura de raças resultaria num indivíduo que adquire apenas o pior de cada raça, além da degeneração do próprio indivíduo (humano) já que era fruto de uma depravação.

A raça branca possuía originalmente o monopólio da beleza, da inteligência e da força. Na seqüência das uniões com as outras variedades nascem os mestiços belos sem ser fortes, fortes sem ser inteligentes, inteligentes com muita feiúra e debilidade. Os povos só degeneram devido às misturas que sofreram e de acordo com as proporções e as qualidades dessas misturas. É possível que as instituições criadas pela raça superior possam manter a civilização por um certo tempo. Mas, finalmente, ela cairá em decadência, porque o sangue que a criou foi dizimado pela guerra e adulterado pelo sangue de uma horda estrangeira. (MUNANGA, 1999, p.43).

A mestiçagem então se torna um resultado não só desastroso como uma degeneração da sexualidade humana, a nível nacional a mestiçagem (que nessa época era compreendida como qualquer mistura entre raças tidas como “diferente”) era vista como muito problemática. Vislumbra-se desde então uma ruptura não só sob a visão da mestiçagem no Brasil, mas também sobre o tipo de racismo e preconceito que se criava dentro do país.

Um racismo que não é atrelada exatamente a pureza do sangue, mas sim da questão fenótipo, o visual, tudo isso guiado pela implementação das teorias raciais no Brasil moldado pelas suas subjetividades e “adaptação aquele meio”. É nesse cenário que surge a “categoria” pardo, que no caso seria o fruto de uma mistura “raças” entre brancos e negros.

A falta de consciência brasileira perante esses fatores, que constrói a nacionalidade, uma nação mista e de diversidade, acaba se tornando de um certo ponto uma romantização de uma situação extremamente problemática, não se pode pensar nisso como uma coisa boa ou harmônica na sociedade, pois não se trata disso, falar sobre miscigenação no Brasil deste modo não desrespeita portanto de falar sobre um país cordial ou com a dita “democracia racial” falar de miscigenação no Brasil e entender que desde a formação do país o negro, nesse caso em especial a mulher, sofre uma violência, e que a miscigenação foi um processo extremamente violento.

É preciso primeiramente quebrar a visão “romântica” que se tem sobre o Brasil e a miscigenação, falar que o país é miscigenado, não se trata exatamente de falar sobre um país liberal onde o casamento inter-racial era visto com bons olhos, se trata na verdade de falar sobre o período colonial e os estupros coloniais, sobre a objetificação da mulher negra no país. Como problematiza a filósofa Sueli Carneiro:

Em oposição a mulher branca Joel Rutin definira a mulher negra como uma mulher fácil um Fusca que qualquer pe-rapado pode ter. Isto faz lembrar colocações feitas por um outro homem negro para quem as mulheres negras não teriam resistido ao estupro colonial e mais que isso teriam copulado gostosamente com o colonizador sendo responsáveis pelo início de nossa ampla mestiçagem. Para Heleieth Saffioti as relações sexuais entre os senhores e escravas desencadeavam por mais primárias e animais que fossem processos de interação social incongruentes com as expectativas de comportamento que presidiam a estratificação em castas. Assim não apenas homens brancos e negros se tornavam concorrentes na disputa das negras mas também mulheres brancas e negras disputavam a atenção do homem branco (CARNEIRO, 1995, p. 549).

A estas mulheres negras e escravas ainda foi reservado o papel de culpadas pelo seu estupro já que essa era culpada por “seduzir” seu senhor, desde então observa-se a objetificação da mulher negra, mas em especial a dita “mulata”, termo esse preconceito que era dado aos pardos/mestiço, que eram resultado da mistura entre “raças” distintas, mulato vem de mula que

é o cruzamento entre cavalo e jumenta. A “mulata” toma um papel extremamente objetificado pois toma da negra esse poder de sedução e como também tem “sangue puro” (branco) em suas veias carrega em si traços bonitos que só as mulheres brancas têm já que a beleza é restrita aos brancos, observações essas de acordo com Carneiro (1995, p.546):

a exaltação sexual da escrava e o culto a sensualidade da mulata são caros a nossa cultura branca e machista vistos sob um novo prisma mais do que explicar os ataques sexuais as escravas parecem cumprir uma função justificadora do senhor de escravos enquanto vítima do que Giacomini chama de superexcitação genésica das escravas negras.

A mestiçagem assim no caso do Brasil, tratou-se de uma resposta ou solução, trata-se do que Grada Kilomba chama de “racismo genderizado”, que pode ser compreendida como a interseção entre raça e gênero, mais uma esfera de opressão na qual estavam sujeitas as mulheres negras escravizadas e parece ter sido deixada de herança as mulheres negras no geral. O estupro colonial, porém, parece ser debatido ou problematizado, o Brasil segue se orgulhando de ser uma “nação mestiça” mesmo que isso implique nas entrelinhas se orgulhar do estupro colonial, desde o período colonial vivemos em um país que tem a chamada “cultura do estupro”.

Visto dentro desse contexto colonial, a mestiçagem deveria ser encarada primeiramente não como um sinal de integração e de harmonia social, mas sim como dupla opressão racial e sexual. O mulato como símbolo eloquente da exploração sexual da mulher escravizada pelo senhor branco. (MUNANGA, 1999, p.29)

Não se pode falar de miscigenação sem se pensar no estupro colonial e o tipo de cultura, que isso acaba criando, não só se fortifica a imagem de uma beleza guiada pela fenotípica branca, mas também se cria uma cultura machista incapaz de ver a mulher negra como além de um objeto, a consolidação de um padrão de beleza pelo branco, inferioriza o negro, e traz uma “esperança” de branqueamento e aceitação para o pardo.

O pardo é guiado por uma esperança, a de se tornar um deles, ou seja, um branco, incapaz de ver sua realidade e o racismo que o cerca, guiados pelo “mito da cordialidade” e a falsa ideia de democracia racial, como exposto por Carneiro (1995, p.546): “O estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira.”. Se cristaliza no pardo o talvez um dos maiores símbolos e exemplo da falsa democracia racial, incapaz de assumir a problemática do estupro colonial, a sociedade brasileira também toma essa postura para as desigualdades raciais, incapaz de assumir seu erro e incoerência, perpetuando ainda mais o racismo enquanto nega sua existência.

Racismo estrutural

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas *negras* e *People of Color* estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de *racismo estrutural*. (KILOMBA, 2008, p.77)

O racismo não é só negado como invisibilizado, e dito como inexistente no Brasil, mesmo que continue a ser perpetuar, mesmo que o negro em muitas situações seja inferiorizado e marginalizado. Mas um ponto especial a ser pensando no racismo e como ele se camufla numa base estrutural e se perpetua a um ponto que ser negro e visto como ruim, e nesse processo muitos negros começam a se “camuflar” como pardos, tudo isso motivado pela experiência do racismo.

O racismo é entendido como fenômeno relacional, sendo assim sofre adaptações e tem suas particularidades em cada território, nos Estados Unidos existe a chamada “regra de uma gota de sangue” que diz que uma pessoa pode ser considerada negra a partir do mínimo contato de uma pessoa negra na sua árvore genealógica. No Brasil, porém com a construção de um país miscigenado, emerge então a classificação pelo fenótipo, e um racismo igualmente fenótipo, e que esbarra numa interpretação própria, já que uma pessoa “parda” pode em alguns espaços pode ser lida como negra e em outros como branca.

No Brasil, contudo, esta sistematização racial não foi separada com tamanha exatidão. Aqui, a escolha individual superou a definição polarizada entre negros e brancos, dificultando um reconhecimento e uma identidade em comum para os negros. Desta forma, não é exagero dizer que o não reconhecimento comum na comunidade negra gerou uma falta de unidade entre os negros. (SILVA,2017, p.11).

Isso por que o pardo é incapaz muitas vezes de notar o racismo que sofre, o que leva a uma concepção de identificação com o pardo. Leão & Silva (2012, p.2) indagam: “ Será que podemos atribuir essa baixa percepção de discriminação dos pardos à falta de consciência racial? ”. O pardo ganha papel na sociedade brasileira na época da tentativa de branqueamento social, ele o fruto de todo esse projeto, ele é fruto de uma política racista e que muitas vezes acaba por negatar a imagem do negro e exaltar o pardo por que esse talvez pode se transformar em um deles, um branco.

Se idealiza no pardo uma fuga ao racismo e preconceito, ao mesmo que esse também pode ser lido como uma construção racista, através dessa mistura com o branco buscava-se um

embranquecimento daquele. Acaba-se pensando numa ruptura entre a distância entre o branco e negro na figura do pardo, quebra-se essa visão:

Basta ser um pouco negro para sê-lo totalmente, mas para ser branco é necessário sê-lo totalmente. Este esquema obedece a um determinismo sócio-político e não biológico. A percepção das variações dos fenótipos ou da aparência física é fechada numa categoria dicotômica bastante rígida, que reflete bem a distância social entre os dois grupos. (MUNANGA, 1999, p.19)

O pardo imagina-se num espectro que está perto de alcançar sua branquitude e torna-se um branco completo e gozar de seus privilégios, incapaz de notar as amarras racistas a qual foi submetida e ver que mesmo num grau menor esse ainda sofre com o racismo e preconceito e também é inferiorizado. É preciso compreender que mesmo após a mistura e mesmo fazendo parte de espaços essencialmente brancos o pardo só é tolerado nesse espaço, a dita pigmentocracia reservada a estes apenas diminui o racismo ao qual esse pode estar sujeito.

Consequentemente, no Brasil, somente aqueles com pele realmente escura sofrem inteiramente a discriminação e o preconceito antes reservados ao negro africano. Aqueles que apresentam graus variados de mestiçagem podem usufruir, de acordo com seu grau de brancura (tanto cromática quanto cultural, dado que "branco" é um símbolo de "europeidade"), alguns dos privilégios reservados aos brancos. (GUIMARÃES, 1995,p.36)

Se trata apenas de uma tolerância disfarçada, vestida pelo falso mito de democracia racial, o pardo só ganha espaço e é minimamente tolerado por carregar consigo um pouco do sangue branco, como explicitado pela advogada e professora Tainan Maria Guimarães Silva e Silva (2017, p.9): “Os resultados sociais da valorização do negro de caracteres menos negroides – ou seja, o mestiço - na sociedade brasileira são visíveis até hoje e estimulam a falta de formação do sentimento de solidariedade e identidade coletivas”.

No Brasil se cria um sentimento diferente referente ao racismo, ele toma graus diferentes, guiados pela fenotípica ou seja pela aparência estética, os traços e o nível de pigmentação da pele, quanto mais escura a pele maior o preconceito que este sofrera, o mestiço passa então pelo chamado colorismo ou pigmentocracia.

Gradativamente, demonstra-se a tolerância e aceitação em sociedade daquele negro menos escuro, do mestiço, que podia alcançar os espaços inicialmente reservados aos brancos. O negro com sua cor mais acentuada permanecia excluído, rejeitado, a quem a sociedade não acolhia. Assim, adicionava-se às práticas discriminatórias, o preconceito também por conta da cor da pele, além do racismo já existente. Surgia, assim, o denominado colorismo (ou pigmentocracia), forma de discriminação baseada fundamentalmente na tonalidade da pele: quanto mais escura uma pessoa, mas discriminação e exclusão ela sofreria. (SILVA, 2017, p.9).

É um equívoco, porém pensar que o mestiço pode de alguma forma alcançar um status de privilégios como o branco, a este sobra apenas um racismo velado o qual o mesmo já foi tão exposto e naturalizado, pela própria cultura e vivência na qual o racismo estrutural molda, que muitas vezes é incapaz de perceber ou se percebe aquilo é tratado como “mimi”. Exemplifica Munanga (1999, p.33): “Um sangue misturado, mesmo chegando à sétima ou oitava geração, mesmo chegando ao ponto em que a cor teria a aparência da cor de um europeu, seria sempre um sangue misturado e não poderia se dizer igual e caminhar de par com um branco europeu”.

Mesmo que misturado, e que o pardo não se reconheça como negro ou até mesmo não sofra tanto preconceito como o negro retinto, ainda sim este não gozará dos mesmos privilégios que o branco, a mistura pode como dizia os antigos “cientistas raciais” clarear a população, mas mesmo assim a sociedade em sua totalidade ainda colocará sob aquele em algum aspecto o peso do racismo.

O/a pardo/a muitas vezes tem a sua identidade negada ou fragilizada, é incapaz e silenciado de problematizar o racismo que sofre, a tolerância do branco a sua presença no espaço só é tolerado quando não ataca, não questiona ou desafia os privilégios deste, o pardo/a acaba servindo muitas vezes como uma jogada política na tentativa de reafirmar que realmente existe uma democracia racial no Brasil. Porém quando esse sobe e alcança a ascensão social este passa por um completo processo de branqueamento social como trabalha Guimarães (1995,p.36): “De fato, a idéia de "cor", apesar de afetada pela estrutura de classe (por isso "o dinheiro embranquece", assim como a educação), funda-se sobre uma noção particular de "raça".”. Se o pardo pode economicamente ter alguma ascensão e porque carrega em si o “sangue puro”, e se um negro ascende toma-se o discurso “ele não e tão negro”, por que no pensamento social raça e classe estão intimamente ligados, e ao negro esta reservado a pobreza a serventia.

O elogio da mestiçagem, os direitos cada vez mais reconhecidos aos mestiços são devidos a essa posição intermediária entre brancos e escravizados negros, mas isso não elimina os equívocos. Se o mestiço é reconhecido como homem completo, é essencialmente porque ele tem o "precioso" sangue branco e porque pode ser utilizado para fins políticos. (MUNANGA, 1999, p.28)

Cria-se assim não só uma cultura racista, mas uma cultura que diz não haver a existência de racismo, categoriza este em “níveis” e expõe esse racismo de maneira tão naturalizada que a própria sociedade é incapaz de notar sua existência, pois já é visto como algo normal, o racismo se torna quase uma prática cultural, o chamado racismo recreativo. E assim

esquematisamos o racismo estrutural e os solidificamos dentro da própria cultura, uma cultura de negação ao outro, a existência do racismo, as diferenças, ao estupro colonial...

1.3. “E parece que liberaram o preconceito pelo menos antigamente esses cuzão era discreto” (Djonga)

A frase que nomeia este tópico, foi pensada em especial para refletir a sociedade racista na qual o Brasil acaba por criar, que muitas vezes não disfarça seu racismo e ao mesmo tempo também é uma frase que revela que se por um lado existem racistas sendo abertamente racista por outro lado existe uma luta e pessoas negras lutando contra isso e dizendo que isso está errado, a frase foi retirada da música “Hat-Trick” do cantor Djonga, do seu álbum Ladrão do ano de 2019.

De fato, o preconceito racial sempre existiu, mas a partir do século XIX, com as teorias raciais como justificativa para escravidão ele começa a virar muito além de uma diferenciação ou inferiorização, ela se torna um instrumento ideológico, vira um projeto ideológico muitas vezes de segregação e extermínio. E acaba virando o que é conceituado como racismo, como o racismo surge diretamente ligado às teorias raciais e por este fato que ganha esse nome e que o racismo está intimamente ligado ao conceito de existência de “raças”.

Como um reflexo disso cria-se também o racismo estrutural, que se refere à maneira de como o racismo está diretamente atrelado às estruturas raciais, de forma que existe uma reprodução do racismo de forma tão naturalizada que somos incapazes de observar pois aquilo já tornara se “normal, “[...] Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. ” (MUNANGA & GOMES, 2006, p.182), essa exposição negativa do negro desde cedo faz com o racismo estrutural, já começa a afetar não só como ele vê o negro, mas também como ele se enxerga, ao ponto que a criação de identidades também mexe com representações.

Por muito tempo o negro foi inferiorizado e isso segue perdurando até os dias atuais, impregnado na nossa sociedade no imaginário coletivo , traduzido no dia a dia, no racismo embranquecedor quando por exemplo em uma tentativa de elogio alguém diz algo como “você é até bonita para uma negra” ou “mas você nem e tão negro”, pois ser negro e inferior, essas pequenas atitudes são exemplos práticos do racismo estrutural, ele inferioriza o negro de forma “sutil” e se um negro questiona vê seu discurso invalidado pois era apenas um elogio.

E isso acaba afetando a todos mesmo que de maneira imperceptível, ele afeta tanto o pardo como o negro em diversas esferas, parafraseando Nátaly Neri (2017): “Se o racismo não te mata na entrada. Ele faz você querer morrer na saída.”. Se o racismo não mostra sua face

opressora no início a partir da sua percepção ele se torna duro, isso tudo motivado pela nossa cultura de “democracia racial” que acaba por solidificar o racismo estrutural.

[...]As pesquisas, histórias de vida, conversas e vivências cotidianas revelam que ainda existe racismo em nosso país, mas o povo brasileiro, de modo geral, não aceita que tal realidade exista. Dessa forma, quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo em nosso país, mais ele se propaga e invade as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros. (MUNANGA & GOMES, 2006, p.181).

O próprio estado acaba perpetuando o racismo ao negar a existência, e não promover debates, questionamentos e propostas para controle da desigualdade racial, é preciso criticar essa postura. A sociedade ainda carrega consigo as heranças de uma cultura escravista que inferioriza o negro, um berço escravocrata vindo do estupro e violência, é preciso que haja ruptura dessas ideologias de democracia racial, que só servem para consolidar o racismo e torná-lo uma política nacional.

A forma institucional do racismo, ainda segundo esses autores implicam práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Essas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. Manifestam-se ainda nos meios de comunicação de massa (propagandas, publicidades, novelas), que insistem em retratar o negro e outros grupos étnico-raciais que vivem uma história de discriminação, de maneira indevida e equivocada. (MUNANGA & GOMES, 2006, p.180)

O racismo estrutural também se mostra na falta de visibilidade de representatividades negras em qualquer espaço, mesmo em uma sociedade com tantas pessoas negras e miscigenadas ainda existe tão poucos espaços de visibilidade para estes, na história, nos livros didáticos, na televisão...O racismo estrutural está nessa construção do imaginário social, totalmente guiado no branco e pelo branco.

Não apenas a falta de visibilidade do negro, mas também a falta de espaços que estes encontram, desde que o racismo se perpetua pela sociedade o anti-racismo também coexiste nesse mesmo espaço entrando em embate e tentando de todas as formas desestruturar a estrutura racista, mas vê frequentemente seu discurso inferiorizado e diminuído pela estrutura e mecanismos racistas. “A perpetuação do preconceito racial em nosso país revela a existência de um sistema racial racista que possui mecanismo para produzir as desigualdades raciais dentro da sociedade” (MUNANGA & GOMES, 2006, p.182).

Falar sobre uma sociedade que tem em sua estrutura social o racismo, é pensar em como esta tenta massacrar a todo custo o antirracismo e narrativas que se opõem ao racismo, se faz

necessário uma postura ativa contra o racismo, mas ao mesmo tempo deve-se pensar em como os movimentos negros se articulam e lutam diariamente contra o racismo. Por isso é tão importante que se assuma a existência de racismo, para então se pautar uma forma de luta contra isso.

É preciso que compreendamos que de um certo nível todos de certo modo reproduzimos o racismo ou estamos aptos a reproduzir, e pensar em como pode ser feita a desconstrução disso. É importante compreender o racismo brasileiro também como multifacetado, ele se divide e se esconde dentro da estrutura social, se “camuflando” em situações corriqueiras é preciso ter em mente que a desconstrução e a luta contra o racismo é uma batalha do dia-a-dia e que não vai acabar de um para o outro.

A ideologia colorista construída na segunda metade do século XVIII em relação aos não brancos deu origem a um "sub racismo" das pessoas de cor, que deveria ser denominado de "racismo derivado", na medida em que se trata de uma interiorização e de um reflexo do racismo original, o racismo branco. É toda uma cascata de menosprezo que se instalou, indo do mais claro ao mais sombrio, descendo toda a graduação das nuances que acabamos de descrever. (MUNANGA, 1999, p.37) .

O racismo não apenas se mascara, mas também ele cria uma serie de adaptações ao seu meio, que se por um lado se contradiz por outro apenas fortalece o racismo e opressão, quando não só cria uma hierarquização pigmentocratica mas se alia ao racismo estrutural que não permite representações positivas do negro e cria um espaço simbólico e imaginário no pardo de que este é aceito, ele se deriva assim de criar “sub racismos” ou “racismo derivado” que ao mesmo tempo que oprime o pardo diz que este é aceito. Os estudos apontam que o pardo tende a estar menos exposto ao racismo ao longo da vida.

Mas um tipo de racismo ainda é mais simbólico e presente na nossa cultura, o racismo recreativo, que toma esse nome com o intuito de “simbolizar” como algo descontraído e divertido, se trata de um racismo vestido como “brincadeira”, por mais que seja uma brincadeira racista a vítima desse ato racista “perde” o poder de fala e é tido como “mal-humorada” por não tolerar o racismo. É ignorado o racismo, por que o locutor assume que aquilo é apenas uma brincadeira.

E as piadinhas? Observem que toda piada sobre o negro emitida em nossa sociedade carrega, no fundo, a ideia de inferioridade racial contra a qual tanto lutamos. Essa contradição na forma como o brasileiro e brasileira expressam o seu sentimento e o julgamento das pessoas negras, confirma a existência do preconceito racial entre nós. (MUNANGA & GOMES, 2006, p.182).

Assim de maneira discreta o racismo se instala, através de piadas que continuam e inferiorizar o negro e subjugar este, o racismo não é tratado como se devia porque este não é compreendido como algo ofensivo, e sempre tido como uma brincadeira e quem se opõe e apenas um mal-humorado que não sabe brincar, assim se solidifica mais uma vez o racismo estrutural. Colocando o racismo não como uma prática ruim, mas sim como brincadeira, uma simples piada.

A violência simbólica e física recai sobre corpos negros desde o início da sua vida, antes mesmo que estes possam ter uma reflexão e consciência do espaço no qual ocupam, por isso é importante que se haja debate, é necessário pensar no racismo e no papel dele para construção de uma identidade. As identidades sofrem influência culturais, políticas e econômicas, em todas essas esferas o racismo está presente e sobre a representatividade e voz negras/os é importante lembrar:

Dentro dessas salas fomos feitas/os objetos ‘de discursos estéticos e culturais predominantemente *brancos*’ (Hall, 1992, p. 252), mas raras vezes fomos os *sujeitos*. Tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da ‘Outridade’ não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso A representação, sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se ‘especialistas’ em nossa cultura, e mesmo em nós. (KILOMBA, 2008, p. p.51)

Muito além de pensar nos problemas que a comunidade negra sofre e passa pelo racismo é importante também conceituar suas lutas, e preciso rever narrativas que coloquem o negro apenas como “vítimas” isso também seria como os teóricos raciais “tirar a sua humanidade”, existe a luta, existe a organização, o negro não é apenas uma vítima, ele luta e escreve sua história, fugindo dos erros anteriores e do lugar de inferioridade do qual tanto lhe sujeitaram. Pensadores negros nesse contexto acabando ganhando cada vez mais espaço e falando cada vez mais por si, conquistando espaços seus, construindo suas narrativas e significando o ser negro no Brasil através de suas perspectivas, trazendo voz ao seus.

A luta negra deve ser compreendida não só como acadêmica, esta luta é travada todos os dias e em diversos âmbitos, no presente trabalho foram escolhidas leituras preferencialmente escritas por pessoas negras e trechos musicais igualmente de pessoas negras por estes fatores. O racismo existe de fato, mas o povo negro não só resiste, como vive e luta contra toda forma de opressão. O negro no Brasil, está constantemente sendo forçado a afirmar sua postura e reforçar sua existência e seus direitos, pois o racismo estrutural e todos os mecanismos racistas estão sempre prontos para derrubá-los.

2. Capítulo:

O segundo capítulo se aprofunda no objeto em si da pesquisa, o Emancipa e seus alunos, e na hipótese criada acerca dos dados levantados, levando como perspectiva um estudo de caso, um recorte micro, para assim ser pensado uma questão macro. Ao que se deve o alto índice de declaração como pardo? Seria isso o retrato de uma sociedade miscigenada e pluricultural? Ou será o racismo estrutural que age no pensamento social da sociedade embranquecendo até a mentalidade da sociedade, incapaz de reconhecer sua negritude?

2.1. “Diz que eu traí o movi, que tu nunca ajudou a construir”

A frase aqui escolhida para dar nome ao tópico tem o sentido de dar uma prévia do assunto a ser abordado, a construção de um movimento, trazendo como narrativa o movimento no qual se concentrou a pesquisa e reflexão, tentando também trazer debates que solidifiquem e notei ainda mais este movimento. A frase é de autoria do rapper Djonga, do single “Recadin pros falador” lançada no ano de 2019.

A rede emancipa de cursinho popular é movimento social de educação popular, é uma rede nacional de cursinho presente em vários estados e cidades do país, nacionalmente existe desde 2007. O trabalho do cursinho é voltado para jovens de escola pública que buscam ter acesso ao ensino superior. Tem como proposta principal uma “educação popular” guiado por Paulo Freire, uma educação gratuita e de qualidade que possa se aplicar a realidade e assim compreendê-la.

Seguindo as palavras e ideais do cursinho a sua luta e por uma educação que por sua vez que emancipe seus alunos politicamente, educando os para a liberdade, entrando assim sua vertente de a forma como se olha e pensa uma educação no Brasil. Sendo assim o cursinho se propõe a elaboração de uma educação que se diferencie dos demais cursinho. Sua educação segundo os próprios não é bancária e conteudista, (como eles conceituam os demais), mas sim uma educação crítica e libertadora, tudo isso emparelhado no debate de democratização do ensino e informação, puxando a bandeira e o coro de que a educação não é mercadoria. E pautando como é necessária uma educação de qualidade para todos.

O Emancipa Zé Cláudio e Maria de Marabá, que ganha este nome em homenagem aos ambientalistas Zé Cláudio e Maria que foram de grande influência na região e morreram brutalmente assassinados na luta pela defesa da floresta contra grileiros, surgem em 2012, dentro da própria UNIFESSPA como um projeto de extensão (PROEX). Conta com bolsistas e voluntários, boa parte dos professores são alunos da UNIFESSPA, o cursinho funciona no

espaço da faculdade no campus 1. As aulas acontecem aos fins de semana e como já explicitado os alunos têm aulas de matérias que compõe o ENEM, tudo isso como uma vertente de educação popular, ou seja abarcando sua realidade e formações políticas e sociais, já que dentro do cursinho existe esse apelo a uma educação crítica e emancipadora, guiados por preceitos de Freire e com uma vertente de formação política crítica.

Sendo assim a sua maior pauta é luta pela educação, a bandeira desse movimento e a da educação, mas não só a da educação em si, mas de uma democratização da mesma, para estes é preciso que a educação seja de qualidade e gratuita para todos. A luta principal é pelo direito à universidade para todos, democracia ao acesso às universidades públicas e uma educação popular.

Mas o cursinho está dentro da realidade em si, não fora dessa e acaba passando por problemas que permeiam a sociedade, e um dos problemas é a falta de identidade, representação e a existência do racismo estrutural, nesse momento então pesa no cursinho a falta de experiência de muitos professores, como muitos professores ainda são discentes da UNIFESSPA e sem muita experiência é difícil para esses trabalhar temas “tão sensíveis” e delicados.

Desde o momento de inscrição dos alunos onde existe uma autodeclaração, se percebe muitas vezes que estes não passaram por um momento de reflexão sobre estes assuntos, não sabendo se autodeclarar ou como se compreendem. Pois uma das informações que se pede no ato de inscrições é que cor ou raça essa pessoa se identifica, muito respondem “ah não sei” e em seguida perguntam para a pessoa que está realizando as inscrições ou amigos se estiverem acompanhados, muitos também respondem já seguido de “é o que está na minha certidão”.

Muitas vezes se observa que a autodeclaração desses alunos está atrelada a certidão, não a só sua vivência ou sua própria percepção, é preciso problematizar essa relação, sair do tradicionalismo popular de valorizar apenas os “documentos oficiais”. É preciso essa quebra, uma valorização e problematização da importância da vivência e experiência pessoal.

Outro fator importante a ser levado a reflexão é a hipótese central desta pesquisa que é de que existe um tipo de branqueamento ou eugenia no pensamento social popular, o negro é incapaz de se ver como negro por que o racismo estrutural desde o início da sua vida diz que ser negro é ruim e ele vê no pardo uma possibilidade de embranquecimento e aceitação. Muitas vezes o papel reservado ao pardo na sociedade é de tentativa de legitimar a democracia racial, já que este não sofre do racismo, por que “não é tão negro”.

Neste pensamento o pardo significa alguém que está sempre na dualidade e que este está apto a em algum momento a tornar-se “branco”, pelo menos na espera do imaginário social,

ou seja, ser vista em alguns espaços como “branco/a”. Isso reflete não só o racismo estrutural que vivemos, mas os discursos flexíveis que o racismo cria, ao ponto que no momento de uma ascensão social destes muitas vezes estes tendem a ser embranquecidos pela sociedade, ou seja se era antes lido como negro agora na tentativa de amenizar o peso já que este agora “tem sucesso” ele é lido e chamado como “moreninho/a” ou “pardo/a”. Já que o ser negro é ruim e está intimamente ligado ao inferior, sujo e pobre.

De fato, a idéia de "cor", apesar de afetada pela estrutura de classe (por isso "o dinheiro embranquece", assim como a educação), funda-se sobre uma noção particular de "raça". Tal noção, ainda que gire em torno da dicotomia branco/negro, tal como no mundo anglo-saxônico, é específica na maneira como define "branco". No Brasil, o "branco" não se formou pela exclusiva mistura étnica de povos europeus como ocorreu nos Estados Unidos com o "caldeirão étnico" (Omi and Winant, 1986; Oboler, 1995; Lewis, 1995); ao contrário, como "branco" contamos aqueles mestiços e mulatos claros que podem exibir os símbolos dominantes da europeidade: formação cristã e domínio das letras.” (GUIMARÃES, 1995, p.36).

Com tudo isso somos levados a pensar a questão central deste trabalho, o que molda e gere a percepção de autodeclaração e identidade na sociedade, quais são os fatores que tem que ser levados em conta, é possível pensar identidades fora de uma lógica racista, é importante questionar como funciona a apropriação do racismo perante as construções individuais de identidades e o quão nocivo pode ser isto.

2.2. “Olho corpos negros no chão, me sinto olhando o espelho” (Djonga)

O trecho musical que dá nome a este tópico foi retirado da música “Falcão” de autoria do rapper Djonga, do álbum intitulado “Ladrão” lançado no ano de 2019. Esta foi escolhida como maneira de simbolizar o que é identificação, já que nesse ponto foca-se na construção de identidades. De maneira crítica o trecho evidencia o que é representatividade negra na TV. Jovens negros mortos, essa é uma das representações mais “evidentes” na mídia de negritude, uma representação não só negativa, mas problemáticas e violenta, como construir identidades negras sendo que a representação popular e a de morte e extermínio negro.

Desde o início da implementação da “ciência racista” no Brasil se deu muito debate sobre a mistura de raças ora visto como solução para o embranquecimento da população ora degeneração, mas não havia debate sobre a questão do pardo/a o seu lugar nesta sociedade, este apenas era um instrumento de embranquecimento que “desapareceria” pelo branqueamento e eugenia social. A identidade brasileira em si foi construída numa especulação do embranquecimento populacional e no debate da mestiçagem.

“[...] a idéia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as idéias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira.” (MUNANGA, p. 47, 1999)

A partir do estudo de caso partindo do cursinho Popular Emancipa, pode-se pensar em várias hipóteses e fatores, mas no focaremos em especial na hipótese de que na estrutura social muitos negros são levados a se enxergar como pardo/a como uma tentativa de embranquecimento, regada pelo racismo estrutural presente na sociedade.

“Será que podemos atribuir essa baixa percepção de discriminação dos pardos à falta de consciência racial?” (SILVA & LEÃO, 2012, p.2), é preciso compreender o pardo como um reflexo de uma ideologia racista implantada pelas políticas eugenistas, essa que pregava uma superioridade e perfectibilidade do branco, buscando assim o embranquecimento da população, o pardo surge então no pensamento social como um meio termo entre o branco e negro, uma fase transicional para o embraquecimento total das gerações futuras, o pardo sempre como uma figura ambivalente e algo no meio termo entre o negro e branco.

A pigmentocracia/colorismo também inaugura uma série de sub racismo um racismo personificado brasileiro, que é guiado por uma ordem pigmentocracia, ou seja, a pigmentação da pele quanto maior ou menor está intimamente ligada a quantidade de racismo que aquela pessoa poderá ser exposta.

A “traição dos mestiços” representa também uma ruptura no imaginário social entre o negro e pardo, já que o negro se sente traído pois também sofre opressão do pardo já que no pensamento pigmentocratico este está acima do negro retinto, o pardo inconscientemente o por uma falta de consciência racial participa desse tipo de opressão ao mesmo ponto que também é alvo.

Isso também vem de uma herança histórica, tudo isso pela percepção de muitos cientistas teóricos de que a mistura de raças faria com que o negro desaparecesse isso cria uma nova “classe” os mestiços ou pardos, estes estariam aptos em algum momento pela mistura, em alguns séculos a se tornar “brancos”, e por isso seriam melhor vistos na sociedade, e melhor posicionados na “hierarquia social” já que passariam de geração em geração por um branqueamento até se tornarem brancos.

Segundo Viana, os mestiços são produtos históricos dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial. Neles nota-se a tendência a expungir de si, por todos os meios, os sinais de sua bastardia originária. Mameluco se faz inimigo do índio, e o mulato desdenha e evita o negro. Ambos foram utilizados para combater e destruir os

quilombos. Mameluco, capitão-do-mato e terrível perseguidor dos escravos foragidos. Essa tentativa do mestiço em ter uma posição específica na sociedade é provisória e ilusória, por que o branco superior, de classe alta, o repele. E como, por sua vez, ele foge dos negros e índios das classes inferiores, acaba numa situação social indefinida e torna-se um desclassificado permanentemente na sociedade colonial. (MUNANGA, p. 62, 1999).

Esta última frase explicita um dos grandes furos da narrativa científica racialista, no processo de branqueamento qual seria o espaço social do fruto da mistura de raças, “torna-se um desclassificado permanentemente na sociedade colonial”. O pardo está constantemente preso a uma não classificação, ele não goza dos mesmos privilégios do branco, mas diferente dos negros a sua presença em alguns locais brancos e tolerada, não sofre tanta opressão quanto um negro retinto (já explicitado pela pigmentocracia), e muitas vezes esse como reflexo de uma sociedade racista em sua estrutura não consegue compreender esse racismo quando confrontado, talvez por uma falta de consciência racial ou pelo não lugar.

O pardo se vê a margem, branco demais para ser negro e negro demais para ser branco, e em suas representações imagéticas das quais foi submetido pelo popular muitas vezes as representações de identidade negras ou não existem ou são negativas, todos esses fatores acabam gerando uma desclassificação do pardo, este não se enquadra como branco, mas também não é visto por negro, assim ele se vê como algo entre os dois, mas não apto a construir uma identidade.

É apenas o meio, com dificuldade de problematizar que suas percepções identitárias são fortemente moldadas para além do fenótipo ou até mesmo cor, está e manipulada diariamente ou indiretamente pelo ideológico, político e pelo racismo estrutural, já que como já abordado a representatividade negra nem sempre é positiva e que em espaços branco este nem sempre é totalmente aceito, se fragmenta essa visão de negritude dentro do pardo, muito longe do negro para que não exista uma solidariedade e representatividade tanto de pardo entre pardos, e muito menos de pardos entre negros essa são as heranças do racismo colonial no Brasil.

[...] Esse passado de comportamento mestiço na era colonial, talvez fruto de uma política de dividir para melhor dominar, ofereceria os primeiros elementos explicativos da desconstrução da solidariedade entre negros e “mulatos” que repercute até hoje no processo de formação da identidade coletiva de ambos (MUNANGA, p. 64, 1999).

A própria elite intelectual branca cria essa diferenciação de pardo/mestiço e o negro, para assim melhor dominar esses povos, para um controle maior, já se delimita uma relação de poder e hierarquia de diferenciação que separa estes cada vez mais, uma barreira tão estruturalmente construída que o pardo é incapaz de se compreender como negro, e o negro vê

no pardo uma fuga do racismo, quando na verdade estes são oprimidos e divididos como uma estratégia racialista, é preciso compreender a instrumentalização e uso e “criação” do pardo/a para separação de grupos semelhantes e no embraquecimento populacional.

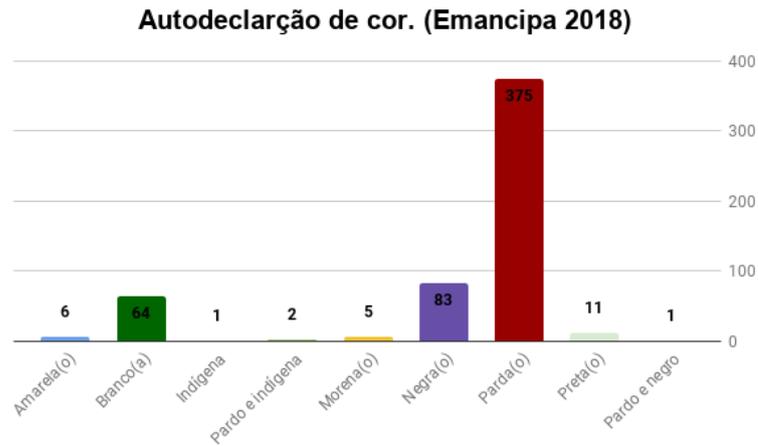
O colorismo ou pigmentocracia também se solidifica nesse momento, na ruptura entre a relação entre pardos e negro, nessa lógica de sub racismo que é guiado por questões ditas fenotípicas e que quanto mais pigmentada a pele mais racismo esta pessoa está propensa a sofrer, se tem em mente então ideia de um “privilégio” mestiço de que o pardo de alguns ambientes poder se “disfarçar” ou ser lido como branco, como explica Silva (2017, p.8):

Nascia, neste momento, uma cultura de privilégios para os mestiços em relação aos negros. Traçava-se uma linha gradual de privilégios, aliás, onde os brancos 'puros' ocupavam o topo de uma pirâmide social, seguida dos mestiços e, por último, apareciam os negros 'puros'. (SILVA, p.8, 2017).

Para exemplificar todas estas afirmações, foram usadas as autodeclarações de cor, feitas a partir do momento de inscrição no cursinho popular Emancipa de Marabá, Zé Cláudio e Maria, todos estes dados foram obtidos a partir dos arquivos de dados do próprio cursinho, restrito para bolsistas e colaboradores do Emancipa. Foram catalogadas as autodeclaração de cor/raça dos anos de 2018 e 2019. Não haviam alternativas, era apenas perguntado, sem interferência do bolsista ou colaborador na resposta.

O primeiro levantamento de dados da autodeclaração dos alunos, 2018, contou com uma amostra de 548 autodeclarações, desta 68,4% se declaram pardo, grande maioria esmagadora, mesmo naquele ano as salas em sua maioria terem alunos de traços e fenotípica negra, ainda assim estes se viam como pardos, muitas vezes foram notadas situações de racismo em sala de aula, em muitas destas não havia a percepção daquelas turmas perante aquela situação e foi nisso que se focou as aulas de história a partir desse momento.

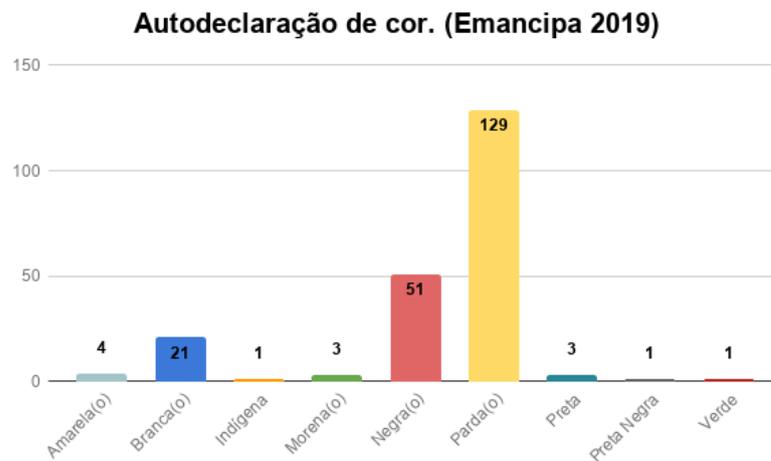
Outro aspecto interessante a ser notado e que mesmo que se junte as auto declarações que podem ser tidas como “Negro”(negra(a), pardo indigena, morena(o), preta(o) e pardo negro) , ainda sim não seria nem metade do número de alunos autodeclarados pardos, e aqui se abre o debate de por que tamanha discrepância numérica das autodeclarações, seria apenas uma questão fenotípica? Ou de maneira “sutil” uma mensagem clara sobre a dificuldade de criações de identidades negras, ainda mais em uma sociedade em que é fortemente marcada pelo racismo estrutural?



Fonte: Banco de dados Emancipa

Munido de todas essas informações é importante refletir acerca de como os debates de colorismo e autodeclaração tem chegado até os alunos e como este debate chega e assim, pensar a posteriori não só sobre cotas e racismo mas sobre como é construído uma identidade negra e o que é ser negro dentro do imaginário popular social dentro do Brasil.

Com tudo isso, porém não podemos deixar de observar que de alguma forma esses debates vem crescendo e chegando a pontos importantes, de fato a autodeclaração no Brasil segue sendo contraditória e até certo ponto abstrata, no sentido que não existe algum critério fixo que seja 100% eficiente para classificações individuais e até mesmo coletivas, e nesse sentido pode-se notar até uma pequena mudança simbólica disto nas autodeclarações do ano de 2019.



Fonte: Banco de dados Emancipa

No ano de 2019 a discrepância em números das autodeclarações de “Pardos” e “Negros” (agrupando variações como: moreno, negro, preta e preta negra) já não é tão distante

e isso leva a uma reflexão sobre o que muda de um ano para o outro, e importante pensar que nesse período e os debates sobre autodeclaração e fraude de cotas começaram a entrar como notícias nas grandes mídias e isso de alguma forma pode ter começado a puxar algumas reflexões sobre esses temas tão sensíveis a população.

Os debates raciais começam a entrar em pautas, mas tudo isso ainda tem que ser pensado com cuidado e preciso que esse debate seja feito de maneira profunda e que haja uma problematização do que é o “pardo” e da problemática história que ele carrega, a aceitação de uma subclassificação do “negro” pela criação desse termo não só separa um povo como também marginaliza e a coloca num espectro conflituoso de identidade.

Do nosso ponto de vista, não resta dúvida de que esses mecanismos seletivos quebraram a unidade entre os próprios mulatos, dificultando a formação da identidade comum do seu bloco, já dividido entre os disfarçáveis (mais claros) e os indisfarçáveis (mais escuros) e o resto dos visivelmente negro. (MUNANGA, p. 65, 1999).

Separar esses “grupos” deliberadamente cria uma confusão identitária, onde por vezes os pardos não conseguem se compreender como vítimas de racismo e ainda perpetuam essa cultura racista estrutural sem que percebam. Sem mencionar a importância que é que haja um debate sobre identidades e sobre negritude e a importância de uma consciência racial plural, que não se restrinja apenas a negros, mas a brancos, amarelos, indígenas a todos os grupos “étnicos/raciais”.

2.3. “Tipo enquanto alguém for escravo, nenhum de nós é livre” (Djonga)

A escolha do título se dá pelo motivo de que aqui iremos tentar traçar identidades de negritude, e abordar a necessidade de união entre autodeclarados pardos e negros, o problema do cultivo a indiferença e de afirmação que enquanto o negro ainda estiver sujeito ao racismo o pardo também não será livre, não é bastante a passabilidade de alguns pardos isso não anula de forma algum o racismo, apenas é englobado para justificação de mitos de democracia racial. Essa frase está presente na música do rapper Djonga intitulada “Eterno”, presente no álbum “O Menino Que Queria Ser Deus” do ano de 2018.

O pardo surge em um reflexo não só do racismo mas também em uma tentativa de fragmentar o movimento negro, maior hierarquização e controle racial, ganhando forças nas ideias difundidas pelo colorismo pigmentocrático e no subconsciente do imaginário social de forma inconsciente, que acaba perpetuando ainda mais na sociedade o conceito de raça e o racismo em si, fragmentando ainda mais as identidades múltiplas do que é o “ser brasileiro” e ajudando ainda mais a criação de uma visão negativa do “ser negro”, do que representa em si

na sociedade brasileira dizer que é negro. Criando o Kabengele Munanga chama de “o crime perfeito”.

Não vemos o carrasco do racismo porque ele não se assume como tal. Então é uma morte física e também da consciência do negro. A segunda se dá pelo silêncio, pelo não dito que impede que a vítima e a população tomem consciência de que o racismo existe. (MUNANGA, 2019. 1 vídeo (21min 20seg). Publicado pelo canal TVE Bahia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1_f6c86WFjs. Acesso em: 20 dez. 2020.)

É preciso compreender a totalidade dos problemas que a dificuldade identitária “racial” étnica acaba por criar na sociedade brasileira movida pelo fantasma fictício da “democracia racial”, querendo ou não toda essa situação acaba por solidificar e mascarar o racismo dizendo que a sociedade brasileira não tem uma cultura racista, quando na verdade o que acontece é um racismo velado, ou mesmo a falta de compreensão que o racismo não é apenas quando usa de violência ou “humilha” diretamente. A cultura brasileira de racismo estrutural cria situações racista muitos sutis e isso acaba sendo um problema, pois se camufla em situações corriqueiras, criando assim o “crime perfeito”, uma culpabilidade do racismo ao negro já que este tem sempre sua fala contestada.

No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: “Elas/es querem tomar o que é Nosso, por isso Elas/es têm de ser controladas/os.” A informação original e elementar — “Estamos tomando o que é Delas/es” — é negada e projetada sobre a/o “Outra/o” — “elas/ eles estão tomando o que é Nosso” —, o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se oprimido e o oprimido, o tirano. Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (self). Essa cisão evoca o fato de que o sujeito branco de alguma forma está dividido dentro de si próprio, pois desenvolve duas atitudes em relação à realidade externa: somente uma parte do ego — a parte “boa”, acolhedora e benevolente — é vista e vivenciada como “eu” e o resto — a parte “má”, rejeitada e malévola — é projetada sobre a/o “Outra/o” como algo externo. O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos. (KILOMBA, 2008, p.34).

Ao negro e dado o lugar não de oprimido mas de alguém que vê maldade demais em momentos onde não existe, a tese de Munanga é exatamente para a reflexão sobre como a sociedade brasileira está apta a deslegitimar vivências negras para dar a esses o título de “mania de perseguição”, o racismo tem que ser sentido por uma pessoa negra e exposto por uma pessoa negra, mas dentro disso tudo muitas vezes existe uma deslegitimação dessa fala, uma redução

do momento em si por terceiros que tentam impor aos outros o que pode ser racismo ou não. Por isso se fala de um duplo silenciamento e são poucos casos públicos de racismo, por que a nossa cultura de silenciamento ainda perpetua o ideário da democracia racial e muitas vezes é incapaz de ver e assumir racismo presente na sociedade e silenciando vozes.

O mito da democracia racial, erigido no Brasil no início do período de modernização (década de 1930), aos poucos se vinculou aos interesses de garantir bases de coesão nacional, favorecendo aquilo que Gilberto Freyre (1993) chamou de “equilíbrio de antagonismos”, se arraigando como um discurso nacional. Nesse sistema, que contribuía para equilibrar os conflitos, o mestiço passa a desempenhar um papel estratégico, já que, sendo a síntese das diferenças, pode existir sem ser nenhum de seus pontos de origem. O mestiço, nesse sentido, não é, necessariamente, uma realidade concreta, produto de ancestrais racialmente distintos. O mestiço torna-se, assim, a expressão do projeto nacional moderno: uma nação racialmente indiferenciada! A ambiguidade das relações étnico-raciais no Brasil, todavia, se expressa na afirmação de uma sociedade racialmente indiferenciada, mas que, de modo ambíguo, mantém o branco como ideal que não se pode, mas, que de modo inconfessável, se deseja alcançar. (JESUS, p.135, 2018).

Como a citação do sociólogo Rodrigo Ednilson de Jesus teoriza, a falsa ideia de democracia racial cria por fim não apenas um crime perfeito, mas também uma nova “categoria” racial que tende a indiferença, o pardo ou mestiço este não se vê como vítima nem como algoz do racismo apenas se vê alheio a toda essa questão pois é incapaz de se ver como branco e igualmente incapaz de se ver como negro, isso como resultado também de um projeto nacional modernizador, que muito tinha bases racistas.

Por mais que no campo acadêmico e para o IBGE as pessoas pardas constituam um local junto com os negros estaticamente e de modo “classificatório racialmente”, no popular isso não acontece, no dia a dia do brasileiro comum esse debate é inexistente, também fruto dessa política de não mestiça guiada pelo estímulo a indiferença racial. No seu modelo nacional de modernização social, não existe de forma alguma uma ligação entre o negro e o pardo, estes são povos diferentes, talvez afirmando o sucesso deste processo modernizador. É preciso ainda que haja uma reflexão sobre os motivos que separam essa raça e/ou cor que estatisticamente aparece sempre junta como explicita Munanga (1999, p.18): “ É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico.”

Para explicar essa diferenciação e indiferença no imaginário social é preciso pensar sob duas óticas muito importantes que dão base para uma passabilidade dessa indiferença racial, a pigmentocracia e o racismo estrutural, a pigmentocracia e o conceito, que explica de forma clara o porquê da indiferença, onde diz de acordo com a pigmentação da sua pele você estará mais propenso ou não a sofrer racismo, quanto mais claro for sua cor de pele menos racismo

você estará propenso a sofrer e quanto mais escura a sua pele mais situações de racismo você estará apto a vivenciar, isso tudo acaba diretamente se atrelando ao racismo estrutural. O papel do pardo está sempre em jogo, pois esse é visto pelo “mundo dos brancos” como escuro demais pra gozar de seus privilégios e no mundo do negro como claro demais pra sentir o racismo, como cita o autor este sempre é ambivalente: “Na vasta reflexão dos filósofos das luzes sobre a diferença racial e sobre o alheio, o mestiço é sempre tratado como um ser ambivalente, visto ora como o "mesmo", ora como o "outro”. ” (MUNANGA, 1999, p.23). Mas nunca em uma posição fixa no caráter racial, sua identificação sempre estará condenada.

Uma vez que o papel principal do racismo estrutural e “normalizar” o racismo ao decorrer da sociedade, ele se alia a pigmentocracia para solidificar a ideia de democracia racial, uma vez que os “pardos/mestiço” de fenotípica mais claras tem maior passabilidade pela sociedade e tendem a sofrer um racismo mais “leve/sutil” ou de forma menos frequente desta forma ele vivencia um racismo que se configura de maneira diferente da sofrida por negros retintos e isso acaba por criar uma falsa percepção de que “não existe racismo com pardos”. É preciso que haja uma compreensão do papel do pardo dentro do debate, uma pessoa parda não conseguir olhar para a luta da negritude e se enxergar não é apenas uma falta de consciência racial, é preciso que haja uma longa análise sobre a sociedade e sobre a imagem e representatividade de pessoas negras que é apresentada para estes.

“Embranquecimento” passou, portanto, a significar a capacidade da nação brasileira (definida como uma extensão da civilização européia, onde uma nova raça emergia) para absorver e integrar mestiços e pretos. Tal capacidade requer implicitamente a concordância das pessoas de cor em renegar sua ancestralidade africana ou indígena. “Embranquecimento” e “democracia racial” são pois conceitos de um novo discurso racialista.” (GUIMARÃES, 1995, p.39).

A sociedade brasileira fruto de uma mestiçagem regradada pelo estupro colonial e de uma violência não só racial mas um racismo genderizado, que objetifica a mulher, e carrega desde seus princípios a quebra de uma tentativa de identidade do pardo mas não apenas isso, ela cria um ódio ao outro e a si mesmo, que impede uma fraternidade ou uma identificação com o “outro”, guiados por uma tentativa sempre de embranquecimento, os pardos travam uma luta silenciosa ao lado da branquitude contra a negritude, a fim de uma passabilidade e fugindo de qualquer tipo de opressão pior que podiam sofrer.

Segundo Viana, os mestiços são produtos históricos dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial. Neles nota-se a tendência a expungir de si, por todos os meios, os sinais de sua bastardia originária. Mameluco se faz inimigo do índio, e o mulato desdenha e evita o negro. Ambos foram utilizados para combater e destruir os

quilombos. Mameluco, capitão-do-mato e terrível perseguidor dos escravos foragidos. Essa tentativa do mestiço em ter uma posição específica na sociedade é provisória e ilusória, por que o branco superior, de classe alta, o repele. E como, por sua vez, ele foge dos negros e índios das classes inferiores, acaba numa situação social indefinida e torna-se um desclassificado permanentemente na sociedade colonial. (MUNANGA, 1999, p.62).

É preciso que aja um rompimento dessa estratégia política ideológica, criada para a fragmentação do movimento negro como um todo uma fomentação da indiferença racial e as questões raciais, é preciso que aja uma ressignificação que permita que pessoas pardas consigam se entender como pessoas negras, e que pessoas negras tenham identidade de negritude positivas, é importante pensar como isso tudo está atrelado a não só de um movimento de indiferença racial mas também a criação histórica preconceituosa e negativo de representações negras, quando pensamos em uma sociedade fenotipicamente negra mas que se autodeclara massivamente como parda e preciso que se pense a fundo nas motivações que levam a esse tipo de identificação ou se isso não se trava de uma falta de identificação.

[...] Esse passado de comportamento mestiço na era colonial, talvez fruto de uma política de dividir para melhor dominar, ofereceria os primeiros elementos explicativos da desconstrução da solidariedade entre negros e “mulatos” que repercute até hoje nos processos de formação da identidade coletiva de ambos. (MUNANGA, 1999, p.64).

Com todos esses fatores é notório um distanciamento de identidades que antes poderiam ser vistas no campo social como “pacotes de um mesmo”, a narrativa racista se mostra flexível e dialógica com o tempo saindo do “cientificismo” e ganhando uma narrativa de indiferença e pigmentocrática, afastando ainda mais o negro do pardo, na tentativa de quebrar qualquer chance de aliança ou solidariedade. Criando uma ruptura invisível que tenta validar a democracia racial enquanto desestabiliza o que poderia ser uma base numerosa para endossar os movimentos de negritude.

O pardo se torna “um instrumento” ideológico, deixado a indiferença racial este se vê como um elo entre os dois mundos, não capaz de significar todo o racismo estrutural que vivencia e que acaba reproduzindo, por que afinal “ele não é tão negro”. E o negro muitas vezes se autodeclarando como pardo numa tentativa de fuga, não só dessa identidade negra “pesada negativa” da qual aprendeu, mas também das mazelas imposta ao negro pelo racismo, o pardo serve então como uma tentativa de fuga de tudo isso, uma solução para uma tentativa de passabilidade para a sociedade. Ser pardo e ter passabilidade pela sociedade, mas nunca aceitação, um pardo nunca será aceito em espaços de privilégios brancos a este apenas a passabilidade, que nem sempre é amigável.

Capítulo 3: Reflexões para uma educação antirracista:

Com todas as reflexões presentes é importante não só questionar mas pensar em possíveis soluções para todo esses fatores e problemáticas, pensar a educação e na educação como uma solução a essas problemáticas e o que será efetivado neste capítulo, apontar as ramificações de problemáticas e buscar soluções e estratégias para não só uma educação não racista, mas uma educação antirracista.

Buscar formas que a educação possa de maneira eficaz tentar acabar com estigmas, preconceitos e racismo. Repensar a educação humanizando e trazendo reflexão e consciência para os alunos, para muito além de uma educação conteudista uma educação que forme cidadãos cientes de si e com consciência social e racial.

3.1. “Quem tem minha cor é ladrão” (Djonga)

A frase que dá nome a este tópico é um single do cantor Djonga que tem como nome “Olho de Tigre” lançada no ano de 2017, a sua escolha se deve a maneira simbólica que o negro e retratado em boa parte das mídias, nas novelas em boa parte sobram aos negros papeis de criminosos ou de empregados, e nos jornais não é incomum ver mortes da população negra nas favelas este muitas vezes pintados pela mídia como criminosos. Já que neste ponto a análise em especial se pauta na compressão de relações étnico raciais e autodeclaração nos alunos, e todas essas representações constituem uma forma indireta ou diretamente do que e ser negro de forma negativa.

Buscando aprofundar as compreensões acerca das questões raciais através da disciplina de Estágio Supervisionado, tendo como objeto de estudo e análise os alunos do 2º ano “01” do ensino médio, da Escola Dr. Geraldo Mendes de Castro Veloso. A partir das observações dentro de sala de aula, buscava-se a partir da observação de sala de aula entender a forma como estes alunos compreendem e se relacionam de maneira mais específica, fazendo uso de um questionário para buscar entender como se constrói a ideia e identidade desses alunos, passando pelo aspecto também de compreender as relações étnico-raciais na vida e compreensão destes alunos.

A teoria deste modelo de estágio vem do modelo proposto por Pimenta e Lima (2004): “[...] desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade. ”, um modelo investigativo de estágio em que a observação é extremamente importante para compreensão da realidade do aluno e de como se constrói conhecimento dentro da disciplina de história e se relaciona com questões de relações étnico-raciais.

Resumindo as diferentes concepções de cultura e sintetizando a diversidade de elementos que compõem a cultura organizacional e escolar, vemos que a cultura escolar seria resultado de um processo interativo, em que o universo dos símbolos e significados estariam constantemente sendo reinterpretados e a realidade construída. (SILVA, 2001, p.128).

É preciso compreender a cultura da escola e da turma em si para entender como significam e se relacionam com esses temas e muito além disso entender a formação de identidades, dentro do imaginário social destes alunos. É preciso compreender as relações que permeiam a identidades e a formação desta em cada aluno, observando que como já explica Kabengele Munanga (1999, p.18): “É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico”.

É necessário compreender a formação de uma identidade, como um jogo não só biológico em que a pele é um fator importante ou gerador do debate em si, mas que a identidade em si (como branco, negro, pardo, amarelo, indígena...) passa muito também pelo fator ideológico político. O que permeia a hipótese e conclusão que nos questionários é esperado que muitos alunos se declaram como pardos, tendo em vista análises anteriores e compreensão do micro como parte de algo que seja macro e principalmente a ideia do pardo como projeto de embaquecimento dentro de uma sociedade onde ser negro e visto como algo negativo.

É preciso compreender, assim como, quebrar esse estigma do negro como inferior e tentar construir uma imagem de negritude, representativa e antirracista nestes alunos. Baseado na lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio. Sendo assim usada, para uma imagem de identificação, dentro da história e negritude que se aplique a estes alunos.

A problemática se pauta na compreensão de identidade dos alunos, do 2º ano 01 da escola Geraldo Veloso. Como compreender a sua identidade e como se relacionam com a história, fazendo assim o uso de um questionário onde através de análise buscasse entender como os alunos mostraram sua percepção sobre sua identidade e sobre conceitos importantes.

Com a observação dentro de sala de aula, buscando compreender as relações dos alunos de história e imagem que possuem sobre negritude, ou estes conceitos, como compreendem questões de autodeclarações, as suas visões de identidades dentro da sociedade, são os conceitos que buscamos trabalhar.

Foi então aplicado um questionário básico nesta turma (2º ano 01 do ensino médio, da Escola Dr. Geraldo Mendes de Castro Veloso), afim de ter um panorama básico da compreensão básica destes alunos, sobre história e relações étnico-raciais. O questionário continha 5 perguntas, apenas uma desta era em aberto, todas as outras contavam com “alternativas” a serem marcadas, as 2 primeiras tratam de assuntos mais específicos tratando do ensino de história, sendo assim só será exposto neste trabalho as questões mais focadas em assunto étnicos-raciais. Os resultados do questionário foram os seguintes:

Você se declara que cor/raça?

35 respostas

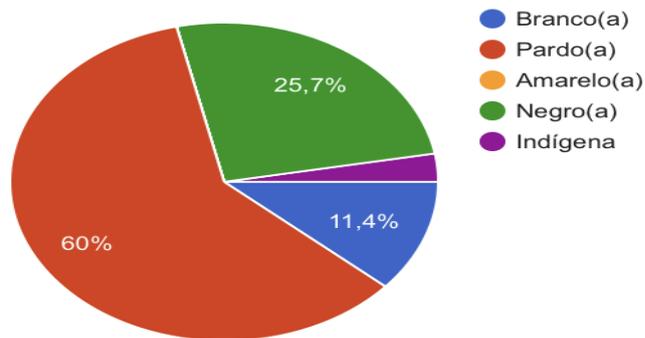


Gráfico 1- Questionário

Como era esperado o número de pardos é bastante superior ao restante, o número de alunos que responderam o questionário foi de 35, neste caso 60% se declararam como pardo, em números 21 alunos, negro vem em segundo lugar com 9 alunos, branco como 4 alunos e um se declara como indígena. Se faz necessário salientar que neste questionário não houve qualquer tipo de explicação sobre identidades ou sobre autodeclaração, buscava-se compreender como eles se viam e qual os conhecimentos sobre identidade, autodeclaração e relações étnico raciais.

Por que você se identifica com essa cor/raça?

35 respostas

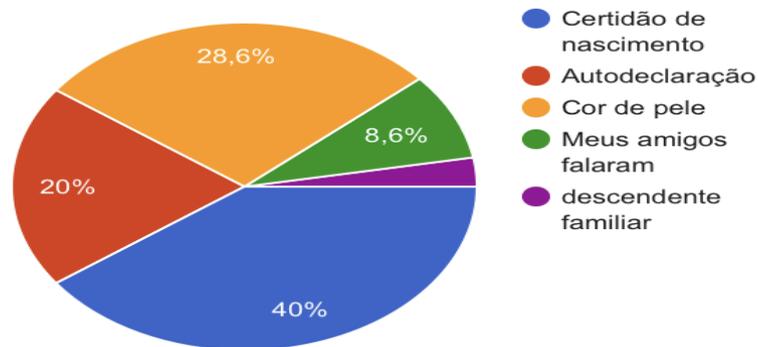


Gráfico 2- Questionário

Na tentativa de compreender mais profundamente o porquê da autodeclaração anterior e as percepções dos alunos sobre a construção dessa identidade, vem a segunda pergunta, buscava-se compreender os fatores que levava estes alunos a se compreender e criar sua identidade, 40% desta turma, ou seja 14 alunos construíram sua identidade através da certidão de nascimento, não por sua vivência ou percepção, pode-se até criar assim um debate sobre o forte apego a documento oficial e dificuldade em problematizar esses documentos, um debate já vencido e saturado no academicismo da história mas que segue vivo no popular.

O segundo número mais expressivo era dos que se compreendiam pela sua cor de pele, talvez pouco familiarizados com o conceito de autodeclaração, vendo mais a fundo essa análise, dos que se declararam guiados pela “cor de pele”, de 10 no total que marcaram essa alternativa, 5 desses se declararam pardos, será que pode-se compreender e partir daí para entender e justificar o ensino de relações étnico-raciais, para explicar a eugenia e o branqueamento, e assim explicar a criação do “pardo” ou “mestiço” para uma fuga da “identidade negra”, já que por mais que academicamente e legalmente o pardo seja lido como parte do negro no campo social da prática e sala de aula existe um abismo gritante entre o negro e o pardo, é isso tudo não seja reflexo de uma ideologia de enfraquecimento e distanciamento dentro do movimento negro e identidades negras.

A última questão tratava-se de uma tentativa de buscar respostas para as respostas anteriores de certa forma e sobre uma concepção que de certa forma poderia interferir e explicar suas concepções anteriores, a pergunta se tratava da simples mais complexa questão: “O que é racismo para você?”, A questão era aberta e os alunos poderiam escrever o quanto quisessem e

havia um espaço grande, houveram respostas difusas, as vezes controversas mas todas pareciam ter um ponto em comum, todas afirmavam que existia racismo, nenhuma explicitamente negava a existência do racismo.

Algumas das resposta que se obteve foi: “É a discriminação que a pessoa tem Baseado na cor e na condição financeiro da pessoa a maioria das pessoas que recebem e discriminação é os negros de classe baixa. ”, “Consiste no preconceito na discriminação com base em percepções sociais Baseada em diferenças biológicas ou de cor de pele. ” e “É uma ideologia na qual os racistas tem uma concepção sobre raças, na procura de inferioriza-la”, alguns ponto importante de se observar, foi que, em muitas das respostas o racismo estava bastante ligado na percepção dos alunos à condição financeira no geral, no caso pobres sofrem racismo, na cor de pele, percepções biológicas, na concepção de raças e na inferiorização “do outro”.

Uma análise importante e que muitos alunos trabalharam com termos como: classe social, superioridade de raça, classe baixa, ideologia e soberania, o que ajudou bastante a compreender mais ainda a percepção deles sobre essas questões e sobre suas percepções de história, ajudando a problematizar também como a já citada frase de Munanga onde ele salienta sobre a manipulação de percepções identitárias negras por fatores além do fenótipo ou biológico. É preciso a quebra dessa visão negativa dos alunos que mesmo sem notar associa a negritude a pobreza.

3.2. “Olho meus manos, pergunto: Quem estudou? /Universitários dizem: Ai que dó!” (Djonga)

A escolha da frase que norteia esse tópico foi escolhida para fazer uma crítica a grande produção acadêmica que coloca o negro sempre como um sujeito passivo e apenas como vítima, não criando uma narrativa crítica e de luta dos movimentos negros, além de tratar toda a vivencia como mero objeto de estudo, não trazendo considerações finais, e nem usando de sua narrativa e construção de trabalhos como forma de luta ou busca por soluções e problemas. De forma crítica a reflexão tem sido permeada nesta frase neste ponto a narrativa é guiada no papel da academia de auxílio na construção de uma educação antirracista, a frase foi retirada do single “Lupa” lançada no ano de 2017 pelo cantor Djonga.

Com todos esses fatores é importante pensar sobre o papel da escola dentro da esfera de construção de identidades, como ela deve e pode auxiliar nesse processo, devendo assim ajudar a significar a identidade e criar representações positivas capazes de causar uma identificação positiva nos seus alunos, tentando assim tornar esse processo mais fácil e representativo. Tudo isso pautado na célebre frase de Angela Davis “Numa sociedade racista não basta não ser

racista, é preciso ser antirracista”. A educação também deve ter como norte esse ideal, não é o bastante não ser racista também e preciso ser antirracista.

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores(as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2005, p.43).

Como reflexão desta citação é importante pensar sobre a aplicação em sala de aula da famosa:

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (PLANALTO, Brasil. Lei 10.639, 2003)

Com a criação e aplicação desta lei vemos uma tentativa de algum desenho de educação antirracista, mas é importante pensar como essa lei foi aplicada notando isso voltamos a pensar sob a ótica de Nilma Lino quando questiona se as escolas estão atentas a estas questões e a resposta muitas vezes é que não estão, não houve um suporte para aplicação efetiva dessa lei. Muitos professores das redes públicas e privadas de escolas em sua formação acadêmica não contaram com matérias específicas sobre os temas e sobre relações étnicas raciais.

Poucas escolas na prática devem ter oferecido aos seus professores algum tipo de formação sobre o tema ou algum tipo de curso, tudo isso acaba por dificultar a aplicabilidade

real desta lei tão importante, em muitas escolas isso é visto apenas no 20 de novembro com a comemoração do Dia da Consciência Negra de forma simbólica, onde temas importantes são tratados apenas neste dia em especial. E isso tudo acaba por contribuir para que se permaneça essa fuga de uma identidade negra pois muitas vezes os alunos não conseguem significar uma imagem do negro fora da história negativista e pesada da escravidão.

A idéia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento pelo qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção da identidade negra. (GOMES, Nilma Lino, 2005, p.42)

Se faz necessário que neste momento exija um debate e diálogo sobre identidades raciais e sua significação, é preciso trazer novas e melhores representações negras, é preciso que isso seja trabalhado de forma contínua e natural em sala de aula. Nisso também é preciso que haja formações e trabalhos nesse sentido na busca de formar e qualificar os professores de maneiras mais profundas para que assim se possam ajudar nessa construção de identidades e na busca de uma construção de uma educação antirracista.

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma.(GOMES, 2005, p.44).

Se faz fundamental primeiramente nessa tentativa de criação de uma educação antirracista antes de pensar em como apresentar e explicar isso aos alunos a pensar a aplicabilidade disso e em como “formar professores” , como fazer que todos os debates presentes neste trabalho academicista cheguem aos alunos e como fazer que a maior quantidade de professores saibam debater estas questões e construir narrativas, debates e representações que significam identidades e a vivência pessoal dos alunos com seu meio e suas identidades, na história e presente.

A identidade e a construção de imagens de representações, devem ser pontos importantes e fundamentais, para se pensar todas essas problemáticas: fuga de identidade negra, racismo estrutural, questão das fraudes. É importante que saiba se fundamentar debates sobre o

que é identidades, o que é identidades negras e representações negras, todos esses conceitos de história devem ser usados para a escrita de uma nova forma de pensar a educação preocupada com o antirracismo, mas também com a vivência pessoal dos alunos afinal tudo isso acaba de certo modo afetando sua vida e também faz parte do a dia-a-dia destes.

Com tudo isso buscar o aprimoramento de uma consciência histórica e crítica, buscando fazer que alguns dos alunos consigam se ver como negros e assim interpretar sua realidade, consigam compreender e fazer valer seus direitos como cidadãos, a partir de uma visão das quais através da história consigam compreender a luta por traz de algum direito e os façam críticos, para não só compreender como também para lutar por mais direitos e melhorias de algumas políticas públicas para que estas possam cada vez mais chegar ao seu público alvo.

Só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar experiências atuais do tempo, é necessário mobilizar a lembrança de determinada maneira: ela é transportada para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa (SCHMIDT, 2005, p. 302)

Muito além de apenas somente explicar e dar opções viáveis a partir dos seus direitos para os alunos, também se faz necessário que os professores num geral façam com que os alunos possam compreender que é necessária essa consciência histórica para que se possa não só compreender a política como também ambientarem ela no seu tempo e luta. É importante ambientar um debate sobre cidadania, o que é a constituição e o que é o ECA, para que assim os alunos possam criticamente repensar sobre seus direitos e ter uma base da mesma. Muito além de criar um indivíduo histórico, o professor tem como papel formar um cidadão.

Tudo isso guiado numa concepção que o professor pudesse trabalhar de maneira profunda os conceitos anteriormente trabalhados, sendo assim pensar a educação fora dos moldes eurocêntricos colonizadores, fugir por exemplo da falsa representatividade histórica que mostra muitas vezes o negro apenas como um mero escravo impossibilitado de desempenhar qualquer figura além disso. É preciso pensar uma educação além da visão eurocêntrica colonizadora.

3.3. “Pra eles nota seis é muito pra nós nota dez ainda é pouco” (Djonga)

A escolha de frase que nomeia este tópico, foi feita de maneira crítica e simbólica para falar sobre a desigualdade no ensino, onde os movimentos negros batalharam e continuam a batalhar para que jovens e adultos negros possam ocupar as universidades, batalharam pela criação de instrumentos de equiparidade educacional e social, do qual resultou na criação da lei de cotas que é uma conquista que vem justamente da luta e pedido dos movimentos negros. A

frase foi retirada da música “Corra” presente no álbum “O Menino Que Queria Ser Deus” do ano de 2018.

Deste modo seria interessante e importante que houvesse um maior diálogo entre a faculdade e as escolas públicas e privadas, desde “ligações” mais simples como a existência de alunos de licenciatura que pudessem guiar os debates até ligações mais profundas que pudessem guiar formações, oficinas e elaboração de materiais que pudessem auxiliar e ajudar os professores nessas questões. Pensar nestes tipos de instruções e formações é importante também para a própria faculdade na tentativa de acabar com a má utilização e fraudes no uso das cotas.

Para além da criação de bancas de heteroidentificação ou “manual de uso de cotas” é importante que a faculdade tente e crie diálogos com as redes de ensino e de alguma forma com projetos, oficinas, materiais, palestras ou seja o que for tente o diálogo com a escola, na tentativa de ajudar neste uma formação crítica sobre questões étnico raciais a fim que possam trabalhar e criar debates sobre e ajudar os alunos a entender sobre o uso da cotas, não só sobre o uso mas a possibilidade já que muitos parecem não ter conhecimento ao certo.

É preciso pensar esse problema todo sob a ótica do racismo estrutural que isso não é fácil algo de se romper é preciso então que se volte a base, e os professores nesse caso são a base e estes precisam de ajuda e reformulação da forma de abordar alguns temas pois estes no fim viveram uma formação que não exatamente tinha essa pegada antirracista ou que tivesse um apelo de quebra de racismo de estrutural. Também é importante que tudo isso são questões complexas que requerem tempo e testes, não existe uma fórmula secreta para a construção de uma educação antirracista ou que possa “acabar” com o racismo.

O papel da escola no entanto não está apenas restrita a implementação da lei 10.369 ou na ajuda da construção identitárias dos aluno, mas tudo isso se atrela a um dos fatores mais problemáticos e complexos da compreensão, o uso e aplicação das cotas raciais, todos esses fatores de “confusões” identitárias acabam criando dois fatores muito preocupante dessa política pública que são: a incompreensão e críticas desleais a essa política pública que gera uma onda contrária e mal embasada a uma política pública tão necessária e ao alto número de fraudes que ocorrem pelo uso indevido desta.

A lei 12.990/14, vulgarmente chamada de “Lei de cotas” foi implementada no ano de 2014, ela reserva a negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos, tentando assim criar uma equipariedade racial. Mas por mais necessária que seja esta lei é preciso que se saiba olhar e fazer críticas válidas e que possam gerar mudanças que possam ajudar e contribuir, uma das primeiras problemáticas dessa política pública e a sua escrita e principalmente o fato dela trabalhar com o conceito de “autodeclaração” já que pela pratica já

se provou que é extremamente falho, em contra partida a isso se torna essencial a formação dentro de instituições públicas onde a lei foi implementada que haja algum tipo de banca de heteroidentificação ou algum tipo de manual de instruções para o uso e validação dessa cota.

Outra problemática bastante interessante de se pensar e sobre as bases para aplicação dessa lei, já que a lei de ensino 10.639 não parece ter sido aplicada perfeitamente e ela nesse caso seria a base para todo um entendimento sobre as cotas, mas com essa falha as cotas encontram diversos problemas, desde a falta da compreensão da sua necessidade até no seu uso indevido, tudo isso perpassa por essa falha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como intuito, pensar sobre o papel do racismo no Brasil e na sua construção social como “o ser brasileiro”, o racismo como um discurso relacional que se adapta ao seu meio e época, de uma forma sempre tentando se camuflar e se significar dentro de um contexto buscando de qualquer forma se validar. Se estruturando desde o cientificismo racialista, que por mais contraditório e ambíguo que seja acaba solidificando o preconceito racial até que este se transforme num racismo estrutural, que permeia pela sociedade.

O principal chão do pensamento racista brasileiro, àquela época, nada mais era que uma adaptação do chamado "racismo científico", as doutrinas racialistas que pretenderam demonstrar a superioridade da raça branca. Se é verdade que cada racismo tem uma história particular, a idéia de embranquecimento é certamente aquela que especifica o nosso pensamento racial. (GUIMARÃES, 1995, p.37)

A escrita de uma história nacional e racial do brasileiro, em que existia a dita solução da mistura de raças para o branqueamento social, com a ideia de projeto social eugenistas, tudo isso acaba criando um rompimento identitário do pardo motivado pelo racismo, o desenho de uma sociedade incapaz de assumir seu caráter racista começa a se estruturar, fortificando-se no mito de democracia racial, que afirma a inexistência de racismo no Brasil e contra o pardo.

O racismo colonial, fundado sobre a idéia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, cedeu lugar, depois da Independência do país, à idéia de uma nação mestiça (Skidmore, 1979; Wright, 1990; Wade, 1993), cuja cidadania dependia do lugar de nascimento (a nossa "naturalidade") e não de ancestralidade. Para entender o racismo resultante desse processo de formação nacional é pois necessário entender como foi construída a noção do "branco" brasileiro.” (GUIMARÃES, 1995,p.34)

O debate sobre democracia racial e um ponto importante a ser pensado ao ponto que sub classifica negros e pardos e minimiza até afirmar a inexistência do racismo, isso diretamente ligado ao racismo estrutural que inaugura noções como a pigmentocracia e o colorismo, que não só são “tipos de racismo” como mascaram situações racista e de certa forma criam “níveis” de racismo guiados pelos fenótipos. O racismo vai ganhando adaptações abraileiradas, que acabam sendo incorporadas à sociedade ao ponto que são de certa forma naturalizadas.

Todas estas problemáticas acabam não só solidificando o racismo como também, fragmentando a construção social de identidades múltiplas, estas que acabam sendo influenciadas negativamente pelo racismo, se faz necessário problematizar a forma como se constrói e identifica identidades raciais. Por isso de maneira especial se busca através de estudo de caso dentro do Cursinho Popular Emancipa Zé Cláudio e Maria e de uma turma da escola E.

M. E. F. DR. Geraldo Mendes de Castro Veloso (Marabá), para buscar de forma prática e eficaz tentar compreender a forma como os alunos constroem suas identidades e significam as relações étnico raciais.

Pensar em todas essas problemáticas e da profunda necessidade de significação e identidade em que os movimentos de negritude lutam, o papel central do movimento negro em permanente luta e na sua cada vez maior conquista de campos que antes lhe eram renegados, a emergência e luta de novas e positivas identidades negras. As novas narrativas historiográficas e sociais de negros, para negros e sobre negros, o movimento de representatividade que tem tanta importância, entre o racismo e o antirracismo, o movimento negro segue lutando e ganhando espaço enquanto segue sendo oprimido.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (GOMES, Nilma Lino, 2005, p.43)

Por fim podemos concluir esta monografia, com a perspectiva da necessidade não só de políticas pública na educação, mas também da necessidade de uma profunda renovação na educação a fim da garantia de uma educação antirracista, que consiga repensar a educação para construção de uma sociedade que possa criticamente ir contra o racismo estrutural. Pensar esse movimento educacional antirracista não só como um projeto acadêmico, mas como uma devida ponte entre o acadêmico e o escolar, refletindo também a construção de projetos e professores que possam coordenar e guiar essas demandas.

Uma educação que permita a visibilidade das lutas e conquistas dos múltiplos movimentos negros, que possa fomentar essas representatividades de lutas e positivas, que possam significar de maneira positiva o ser negro e quem possam assim não só solidificar a formação de identidades, mas de criar terrenos mais férteis e éticos para uso e implementação “correta” da lei de cotas.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Formulários.

MUNANGA, Kabengele. Polêmicas Contemporâneas #30 | Kabengele Munanga | **'Racismo – O Crime Perfeito'**.(21m20s.). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=l_f6c86WFjs.> Acesso em: 20 dez. 2020.

NERI, Nátaly. **A mulata que nunca chegou** | Nátaly Neri | TEDxSaoPauloSalon .(11m39s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=02TBfKeBbRw&t=294s>. Acesso em: 02 jan. 2018.

PLANALTO. Lei 10.639/03. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

Bibliográficas:

BERND, Zilá. **O que é Negritude** . São Paulo: Brasiliense, 1988.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero, raça e ascensão social**. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03**. 'ed.Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. , p. 39-62.

GUIMARÃES, A. S. A.. **Racismo e Anti-Racismo No Brasil**. NOVOS ESTUDOS CEBRAP, n.43, p. 26-44, 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Editora UFMG, 2006.

MOREIRA, MARIA AUXILIADORA; SCHMIDT, SANTOS; GARCIA, TANIA MARIA F. BRAGA. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**, v. 25, n. 67, p. 297-308, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**.Global Editora, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O Mulato, um obstáculo epistemológico . **Revista Argumento**, Rio de Janeiro, ano 1, no 3, p.65-74, jan.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SILVA, J. M. A. P. E.. Cultura Escolar, Autoridade, Hierarquia e Participação: Alguns Elementos Para Reflexão. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)**, São Paulo, v. 112, p. 125-136, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Paz e Terra, 1976.

SILVA, Graziella Moraes; DE SOUZA LEÃO, Luciana T. O paradoxo da mistura. Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 117-133, 2012.

SILVA, Tainan M. G. Silva e. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 201, 2017. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760/3121> >. Acesso em: 19 set. 2018.

SILVA, P.; SILVÉRIO, V. (org.) (2003). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Autodeclaração e heteroidentificação racial no contexto das políticas de cotas: quem quer (pode) ser negro no Brasil**. In: Santos, Juliana Silva; Colen, Natália Silva; Jesus, Rodrigo Ednilson de. (Org.). **Duas décadas de políticas afirmativas na UFMG: debates, implementação e acompanhamento**. 01ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, v. 01, p. 125-142.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 35-57

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018, p. 395-403; 414-431. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 26 de mar de 2020.